



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

KATHELLY RAYSSA VITAL

**UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DA ALIMENTAÇÃO EM CASAS DE
FAZENDA NO SERIDÓ NORTE RIO-GRANDENSE A PARTIR DA ARQUEOFAUNA
DOS SÉCULOS XVIII AO XIX**

**SÃO RAIMUNDO NONATO
2024**

KATHELLY RAYSSA VITAL

**UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DA ALIMENTAÇÃO EM CASAS DE
FAZENDA NO SERIDÓ NORTE RIO-GRANDENSE A PARTIR DA ARQUEOFAUNA
DOS SÉCULOS XVIII AO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de
PósGraduação em Arqueologia da
Universidade Federal do Vale do São Francisco
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jaciara Andrade Silva

**SÃO RAIMUNDO NONATO
2024**

Vital, Kathelly Rayssa

V836r Uma revisão bibliográfica acerca da alimentação em casas de fazenda no Seridó Norte Rio-Grandense a partir da arqueofauna dos séculos XVIII ao XIX / Kathelly Rayssa Vital. – São Raimundo Nonato - PI, 2024.

91 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Jaciara Andrade Silva.

1. Zooarqueologia. 2. Arqueologia histórica. 3. Arqueofauna. 4. Hábitos alimentares. 5. Casas de fazenda. I. Silva, Jaciara Andrade. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

Rua João Ferreira dos Santos, s/nº,

Campestre

CEP 64770-000 – São Raimundo Nonato/PI, Brasil. Telefone (89)

35829750 <https://portais.univasf.edu.br/pparque/> E-mail:

cpgarque@univasf.edu.br

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA Defesa Nº 34

Ata da Sessão Pública, de exame de Defesa de Dissertação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia, Área de Concentração em Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 09:00, via plataforma digital *GoogleMeet*, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado de Pós-Graduação em Arqueologia, composta pelos membros: Professora Dra. Jaciara Andrade Silva – (PPArqueUnivasf) – (Orientadora e Presidente da Banca); Professor Dr. Waldimir Maia Leite Neto - (PPArque-Univasf); Professora Dra. Maria Fátima Ribeiro Barbosa (PPArque- Univasf); Dra. Elaine Alves de Santana - (DARQ-UFS), com a finalidade de julgar o trabalho da discente KATHELLY RAYSSA VITAL, intitulada “UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DA ALIMENTAÇÃO EM CASAS DE FAZENDA NO SERIDÓ NORTE RIO-GRANDENSE NOS SÉCULOS XVIII AO XIX”, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia. O desenvolvimento das atividades seguiu o roteiro de sessão de Defesa Pública estabelecido pela Presidente da banca, a qual realizou a abertura e posterior condução e encerramento da sessão solene. Após analisarem o trabalho e arguirem a discente, os membros da Banca Examinadora deliberaram pelo conceito APROVADA da discente, habilitando-a ao título de Mestre em Arqueologia, na linha de pesquisa Arqueologia, Estudos Empíricos e Transdisciplinares, conforme o regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Univasf. A candidata deverá apresentar o trabalho em sua redação definitiva, atestado pela biblioteca, em até 60 dias, sob pena de não expedição do Diploma, devendo assinar o Termo de Compromisso anexo, que passa a fazer parte integrante deste documento. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ATA que vai assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

São Raimundo Nonato – PI, 24 de Setembro de 2024

Membros da Banca	Assinaturas
*Dra. Jaciara Andrade Silva	 Documento assinado digitalmente JACIARA ANDRADE SILVA Data: 25/09/2024 14:27:26-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
*Dr. Waldimir Maia Leite Neto	 Documento assinado digitalmente WALDIRMIR MAIA LEITE NETO Data: 27/09/2024 15:59:05-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
*Dra. Maria Fátima Ribeiro Barbosa	 Documento assinado digitalmente MARIA FATIMA RIBEIRO BARBOSA Data: 28/09/2024 15:26:05-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
* Dra. Elaine Alves de Santana	 Documento assinado digitalmente ELAINE ALVES DE SANTANA Data: 28/09/2024 10:39:28-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

*Participação a distância – síncrona remota



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em

Arqueologia Rua João Ferreira

dos Santos, s/nº, Campestre

CEP 64770-000 – São Raimundo Nonato/PI, Brasil.

Telefone (89) 35829750

<https://portais.univasf.edu.br/pparque/> E-mail:

cpgarque@univasf.edu.br

TERMO DE COMPROMISSO Defesa Nº 34

Eu Kathelly Rayssa Vital, inscrito no CPF nº 110.195.464-76, assumo a responsabilidade de entregar a versão final do trabalho intitulado “UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DA ALIMENTAÇÃO EM CASAS DE FAZENDA NO SERIDÓ NORTE RIO-GRANDENSE NOS SÉCULOS XVIII AO XIX”, para

obtenção do título de Mestre em Arqueologia. Caso não seja possível à entrega em **60 dias**, estou ciente que sofrerei as devidas sanções, a saber, a não emissão do Diploma e em caso de ter recebido Bolsa de Estudos, realizarei a devolução integral do recurso à fonte pagadora que recebi durante a vigência do curso integral do recurso à fonte pagadora. São Raimundo Nonato-PI, 24 de Setembro de 2024.

Discente

Aos meus amados avós, Josefa
da Costa Vital e Genival Vital (*In
memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiro a Deus, pois sem ele não teria chegado até aqui. Em seguida gostaria de agradecer a mim, e por todas as vezes que pensei em desistir e mesmo assim não o fiz, sem dúvidas foi uma jornada e tanto. Gostaria de agradecer ao meu parceiro, Matheus, obrigada por me apoiar e acreditar em mim mesmo quando eu mesma já não acreditava. Gostaria de agradecer os amigos que fiz nessa jornada, meus colegas de mestrado da UNIVASF ao qual estávamos sempre em desespero e ao mesmo tempo nos apoiando. Agradecer os amigos que fiz durante a graduação e que foram fundamentais nesse processo, obrigada Tallyta, por ouvir meus desabafos e angustias em áudios quilométricos via WhatsApp. Obrigada também a Lízia, que desde aquele quarto na residência universitária em Caicó, me ouvia falar sobre arqueologia incansavelmente, que me via chegar exausta dos campos e nunca entendeu como alguém podia gostar daquilo. Obrigada aos amigos que fiz durante o período em que precisei trabalhar e estudar, Luan e Luiza, passavam as seis horas de trabalho me ouvindo falar sobre arqueologia, sempre me apoiando e incentivando.

Gostaria de agradecer a minha família, em especial minha mãe Glaucia Vital, que sem ela nada disso seria possível, sempre me dando amparo e força, mesmo longe, nunca deixou de estar presente, obrigada mãe por sempre cobrar de mim que eu estudasse, mesmo quando eu já estava cansada e não entendia, hoje eu entendo. Agradecer as minhas irmãs Kimberlly e Rayra, que mesmo sem entender direito o que eu fazia, sempre me apoiaram e me mostraram que independente de qualquer coisa, eu tenho um lar, e um lugar para voltar. Aos meus sobrinhos, Sofia e João que foram minha luz e um dos lugares que eu buscava forças para não desistir de estudar. Ao meu primo Zé Neto, que acreditou em mim lá no início, quando passei na faculdade e ele vendeu o rádio do carro para me ajudar, obrigada primo, por me ajudar a dar o meu primeiro passo e sem ele hoje eu não estaria aqui.

Obrigada também aos amigos que fiz no LAS, lugar que passei os anos de 2017 a 2020, e passava mais tempo com eles do que em qualquer outro lugar, o laboratório de arqueologia foi essencial, não apenas pelo contato teórico e prático

com a ciência, mas por todo o convívio social que estava envolvido, por muitos anos o LAS foi meu lugar no mundo.

Agradeço a minha orientadora Jaciara Andrade, que mesmo distante e com tantos desvios pelo caminho, não desistiu de mim e do meu trabalho, obrigada por acreditar que seria possível.

Agradeço a UNIVASF e aos professores excelentes da Instituição, a Capes pelo incentivo que tive de um ano e que foi de extrema importância para mim e minha pesquisa.

Se hoje eu entrego esse trabalho é por que tive pessoas que cruzaram meu caminho e de alguma forma me incentivaram e não me deixaram desistir, obrigada a todos, sejam os que citei aqui ou não.

RESUMO

A partir do material arqueofaunístico dos Sítios Arqueológicos Culumins e Totoró, pretende-se fazer uma discussão, integrando os dados advindos das fontes bibliográficas com a cultura material. Assim, visa-se nortear o leitor sobre a região Seridó do estado do Rio Grande do Norte para que saiba um pouco mais sobre esses sítios e sobre o material arqueofaunístico encontrado. Fazendo questionamentos ao longo do projeto no que tange a revisão bibliográfica e os trabalhos encontrados na área da Zooarqueologia e com isso gerar uma discussão sobre os hábitos alimentares da população sertaneja do Rio Grande do Norte. Além disso, foi feita uma busca pelos repositórios acadêmicos, com o objetivo de identificar trabalhos relacionados a Zooarqueologia Histórica, como resultado da busca, percebemos que é um campo que está em crescimento e por isso a importância de se trabalhar a temática.

Palavras-chave: Zooarqueologia; Casas de Fazenda; Arqueologia Histórica;

ABSTRACT

Based on archaeofaunistic material from the Culamins and Totoró Archaeological Sites, the aim is to carry out a discussion, integrating data from bibliographic sources with material culture. Thus, the aim is to guide the reader about the Seridó region of the state of Rio Grande do Norte so that they know a little more about these sites and the archaeofaunistic material found. Asking questions throughout the project regarding the bibliographic review and the works found in the area of Zooarchaeology and thus generating a discussion about the eating habits of the country population of Rio Grande Norte. Furthermore, a search was carried out through academic repositories, with the aim of identifying works related to Historical Zooarchaeology. As a result of the search, we realized that it is a field that is growing and hence the importance of working on the topic.

Key-words: Zooarchaeology; Farm Houses; Historical Archeology;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa com Divisão de Capitâneas instituído	16
Figura 2 – Sítio arqueológico histórico do Cuó, local da antiga Casa Forte	21
Figura 3 - Ruínas da Casa Forte do Cuó	22
Figura 4 – Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba 1848	25
Figura 5 Desenho de Frans Post de 1640 – Usina de Açúcar com Dois Cilindros Movido por Bois. Fonte: Publicado no Atlas van Stolk. Domínio público.	34
Figura 6 Aquarela de Frans Post de 1640 – Produção da Cana em um engenho	35
Figura 7 - Rede de caminhos estabelecidos pela rota de gado. Construção da autora a partir das cartas: Carta chorographica da Província do Ceará (1861), Carta da Capitania do Ceará (1818) e carta geográfica da Capitania do Piauí (1761) e Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba. (1848) Fonte: DINIZ, 2008.....	37
Figura 9 - Mapeamento das 62 casas de fazenda da região Seridó Norte Rio-grandense	44
Figura 10 – Aspectos para gerais para trabalho com material arqueofaunístico	52
Figura 11 – Ruínas que apresentam as estruturas do sítio Culamins	63
Figura 12 - Área de escavação do Sítio Culamins e detalhe da quadrícula D4, com a evidência de fragmentos de cerâmica, faiança e ossos	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS Universidade Federal do Sergipe

UFC Universidade Federal do Ceará

UFPE Universidade Federal do Pernambuco

UFPB Universidade Federal da Paraíba UFPI

Universidade Federal do Piauí.

UFMA Universidade Federal do Maranhão

UFRB Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UFAL Universidade Federal de Alagoas

UFPA Universidade Federal do Pará

UFAM Universidade Federal do Amazonas

UFG Universidade Federal de Goiás

UFMT Universidade Federal do Mato Grosso

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

USP Universidade de São Paulo

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFPR Universidade Federal do Paraná

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UFPEL Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A “CONSTRUÇÃO” DO SERTÃO	13
2.1 HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE	16
2.2 SERTÃO: A CONSTRUÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES	27
2.3 ECONOMIA: DO LITORAL AOS SERTÕES	33
3 A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E AS CASAS DE FAZENDAS	38
4 ZOOARQUEOLOGIA NO BRASIL: LITERATURA QUE DISCUTE ARQUEOFAUNA	45
5 PERCURSO METODOLÓGICO	58
5.1 SELEÇÃO DE REFERÊNCIAS	59
5.2 RECORTE DE MATERIAL COMPARATIVO.....	61
6 RESULTADOS.....	51
7 CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

É importante explicar a minha proximidade com a temática da pesquisa, ela surgiu em 2017, quando entrei para o curso de licenciatura em História no CERES- UFRN e posteriormente fiz parte do LAS (Laboratório de Arqueologia do Seridó) a partir do contato com as práticas laboratoriais assim como os ensinamentos teóricos, desenvolve uma admiração pela arqueologia e a vontade de seguir esse rumo academicamente e profissionalmente, além disso as casas de fazenda trabalhadas aqui fazem parte do projeto “Arqueologia em Casa de Fazenda: espacialidades, temporalidades e sociabilidade no Seridó Norte-Rio-Grandense” ao qual tinha o objeto, mapear e entender mais sobre o cotidiano das casas de fazenda da região, e é a partir disso que se desenvolve a minha pesquisa.

A região Seridó é um espaço complexo pois sua população é plural e com características marcantes que demonstram de forma bem evidente seu local de inserção. O Seridó Potiguar é um fragmento regional situado na porção centromeridional do Estado do Rio Grande do Norte-RN. Composto por dezessete municípios. O Seridó foi dividido em 1989 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE - em Oriental e Ocidental, abrangendo uma superfície de 6.970,60 km², o que representa 13,08% do território estadual para melhor situar essa região é importante dizer que o Estado do RN se encontra na região Nordeste do Brasil. Fazem parte desta região os municípios de Acari, Jardim do

Seridó, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Florânia, Parelhas, Jucurutu, Jardim de Piranhas, São João do Sabugi, Ouro Branco, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, São Vicente, São Fernando, Equador, Santana do Seridó, São José do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Lagoa Nova, Ipueira e Tenente Laurentino Cruz, (MACEDO, 2013).

A abordagem inicial concentra-se em apresentar o contexto ao qual os sítios trabalhados na pesquisa fazem parte, usando da interdisciplinaridade, discuto os aspectos que levaram a divisão do território que hoje corresponde ao Rio Grande do Norte, com base na historiografia regional, Janaina Amado (1995), Luiz da Câmara Cascudo, Durval Muniz de Albuquerque Junior (2019),

Helder Macedo (2013) Muyrakhitan Macedo (2012), Puntoni (1998) são alguns dos autores utilizados que concentram suas pesquisas e promovem discussões sobre os Sertões nordestinos. Além deles, foi utilizado o trabalho da Hozana Lopes (2021), que em sua pesquisa trabalha o consumo e materialidade nas casas de fazenda na região Seridó, dando ênfase no material cerâmico coletado do sítio, esse trabalho nos ajuda, pois, a autora trabalha com o sítio Culumins e muitas das informações que utilizaremos aqui foi extraída dela, outro trabalho importante é o da Nathalia Diniz (2011), que apresenta um levantamento arquitetônico das casas de fazenda da região Seridó. Diniz (2011) realiza análise arquitetônica de aproximadamente 62 Casas de Fazenda, datadas do século XIX e relacionando-as, com a documentação encontrada. A autora trabalha na importância que essas casas de fazenda têm em relação a preservação do patrimônio, assim como compreender o contexto econômico em que surgiram, seja por meio do algodão, farinha ou gado, sendo um trabalho bastante amplo, e que dialoga com a Arqueologia Histórica, fornecendo informações úteis para esta pesquisa.

Neste trabalho fazemos uma abordagem desta região a partir de um recorte temporal entre os séculos XVIII e XIX, tendo como foco as Casas de Fazenda na região do Seridó Potiguar, e a discussão a partir dos remanescentes faunísticos identificados em sítios arqueológicos da região, estabelecendo um paralelo com a literatura que discute remanescentes Zooarqueológicos no contexto dos sítios. Partimos então da premissa que para entender os espaços e as casas de fazenda a partir da alimentação sertaneja, e para compreender o contexto alimentar, precisamos nos aliar a Zooarqueologia, além da Arqueologia Histórica, dentro dos aspectos da Zooarqueologia estão sendo bastante explorados no Brasil, e na região Nordeste no que tange as questões taxonômicas e de identificação de espécie, mas a poucos trabalhos relacionando a Zooarqueologia com a Arqueologia Histórica.

É pertinente entender o contexto em que os sertanejos estão inseridos e que também fazem parte como fator de identificação social e cultural. A região, seja ela uma demarcação geográfica, não deixa de ser uma forma de construir a identidade dessas populações. Compreender os espaços em que a pesquisa está inserida é parte fundamental para a interpretação.

É fundamental ressaltar a importância dos sítios arqueológicos que serão utilizados, como exemplo, o sítio Culamins, localizado em Caicó, e o sítio Totoró, localizado em Currais Novos. Tais sítios foram escolhidos por participarem de um projeto quem tem como objetivo entender a ocupação sertaneja pela ótica das casas de fazenda. Os questionamentos da pesquisa estiveram centrados em dois pontos, o primeiro é se podemos entender quais práticas culturais e sociais estão associadas ao longo do tempo ao processo de alimentação nas Casas de Fazenda e o segundo é se é possível definir um padrão alimentar das populações sertanejas da região Seridó, com base na revisão bibliográfica.

O objetivo geral deste trabalho consistiu então em compreender parte da alimentação da população sertaneja fazendo uma relação entre a literatura produzida até o momento, com o contexto arqueológico dos sítios, para a partir dessas discussões entendermos a formação da base alimentar. Sabe-se, porém, que os remanescentes identificados nos sítios consistem em apenas fragmentos dessa dieta e que a identificação de remanescentes faunísticos, sobretudo ossos, não implicam necessariamente no seu uso como alimentação.

O trabalho não tem como objetivo a análise dos materiais arqueofaunístico dos sítios pesquisados, assim como não será trabalhado a questão de identificação desses restos alimentares, a intenção é apenas compreender a partir da revisão bibliográfica, o contexto ao qual os sítios fazem parte e a função dos sertanejos na construção desses espaços a partir dos hábitos alimentares e nos ajuda a elucidar certas questões pela ótica da Zooarqueologia.

Buscando possibilitar a discussão dos aspectos significativos no que tange a pesquisa, ela será apresentada em três principais abordagens, em que a primeira discorre sobre o lugar Sertão, o sertanejo e os aspectos econômicos relacionados, o segundo aspecto é sobre as casas de fazenda e a Arqueologia Histórica como disciplina que permite abordar esses espaços e o terceiro é sobre a Zooarqueologia e a presença de remanescentes faunísticos em contexto arqueológico. A Zooarqueologia será discutida abordando alguns dos trabalhos que temos relacionados a área e suas metodologias, além da importância destes para a pesquisa, no que diz respeito a alimentação da população sertaneja.

2 A “CONSTRUÇÃO” DO SERTÃO

Com base nos apontamentos descritos por Macedo (2013), o nome Seridó vem “De ceri-toh, sem folhagem, pouca folhagem, pouca sombra ou pouca cobertura vegetal” (MACEDO, 2013, p.31), como é descrito por Coriolano de Medeiros. Ainda é apontado pelo autor que também é atribuído o significado associado a palavra Saryd, que, em hebraico, quer dizer “sobrevivente d’Ele”. Macedo (2013) descreve que esta justificativa estaria associada aos primeiros colonizadores. Com isso, se faz necessário, antes de trabalhar a materialidade na região Seridó, seu consumo, economia, cultura e modo de vida, analisar os atores principais dessa região, os sertanejos, além de estabelecer as noções de espaço e territorialidade, no que diz respeito a pesquisa e ao entendimento da região Seridó, não sendo possível fazer todas essas discussões nesse momento, nossa abordagem segue apenas num aspecto geral de entendimento da região e deixando claro as possibilidades de trabalhos com o Seridó.

Compreender o Seridó, é pensar que as questões espaciais e territoriais que estão estabelecidas para além dos sujeitos, “sertão” é, também, uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: “agreste” e “zona da mata” (AMADO, 1995).

Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois “sertão” permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão preñado de significados, que, sem ele, a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais. (AMADO; 1995)

Até século XX, os sertões eram vistos apenas como um território afastado do litoral sendo assim distantes dos centros urbanos, de acordo com Durval Muniz (2019). A visão do sertão enquanto território é citada por escritores cronistas, visto e dito na literatura, nos discursos parlamentares e jornalístico como o “outro da civilização”, do progresso, do adiantamento, da ilustração (Albuquerque Junior, 2019) querendo relacionar o sertão como um lugar não civilizado e de atraso, de uma construção fantasiosa. Essa é uma das

justificativas utilizadas para a ocupação invasiva desta região, sendo uma estratégia desumanizar o outro ao chamá-lo de bárbaro, não civilizado, o qual precisasse se moldar aos padrões culturais do colonizador, não levando em consideração que esses grupos já viviam e dominavam essa região muito antes da invasão, e que tais grupos já possuíam seu próprio modo de vida, culturais e sociais.

Albuquerque Junior (2019, p. 21) aponta que “era a terra simples, rude, primitiva, sem artifícios, movida pelos sentimentos mais primários de um ser humano”, sendo ainda, segundo o autor, marcado pela inexistência de ações do Estado. A partir disso se construiu então uma visão pelos grupos exploratórios que estes espaços não havia proteção ou qualquer força governamental que regia, e que dessa forma aceitariam novos modelos de imposição e de expansão das áreas da capitania. A partir de Puntoni, que aponta que isso não era real e que essa população lutou e resistiu por seu território, mesmo que o resultado tenha sido um massacre contra os nativos (PUNTONI, 1998).

Souza (2021) aponta que tendo por base o interesse econômico, que vai alimentar esse movimento expansionista, há um crescimento na colonização luso-brasílica, sendo estabelecida por “[...] violentos conflitos com as populações indígenas habitantes da área que veio a ser, nesse período, a Ribeira do Seridó” (Souza, 2021, p.13) sendo assim de forma brutal sendo substituído o povoamento nativo pelo colonial.

A justificativa utilizada para que a colonização prosseguisse cada vez mais rápido, rumo a interiorização da Capitania do Rio Grande, levando em consideração que abrange diferentes espaços geográficos, com localização e ambientes diversos, inseridas em contextos e temporalidades históricas distintas (MORAES, 2003). Sendo esta área caracterizada enquanto sertões tão plurais, é uma categoria constituída de referências vinculadas aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais. (Souza, 2021).

Nesse sentido, "sertão" foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo da colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecidos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil - espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados - acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação

histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira. (AMADO; 1995 p.148)

Ao analisarmos os fatores que levaram a construção do discurso regionalista, podemos compreender sobre a criação dessa região, em relação econômica, aspecto social e cultural. Variando segundo a posição espacial e social do enunciante, "sertão" pôde ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos (AMADO, 1995).

Enquanto isso, no Brasil, durante século XIX, ocorreu processo inverso: os brasileiros não apenas absorveram todos os significados construídos pelos portugueses a respeito de "sertão", antes e durante a colonização, como, a partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, acrescentaram-lhe outros, transformando "sertão" numa categoria., essencial para o entendimento de "nação" (AMADO; 1995, p.149).

Após discutirmos o significado do termo sertão e entender que seu surgimento veio antes e durante o período colonial, tendo como norteador de um significado inicial à sua distância do litoral, seu clima árido e seco, além de ser visto como um lugar de desafios e conflitos, seu significado vai para além das barreiras territoriais e é importante entendê-lo para conseguir dar continuidade ao trabalho, abordando os assuntos que foram propostos inicialmente.

Além disso e levando em consideração as características climáticas da região, Macedo (2013) nos diz que, se trata de uma região com “vegetação baixa, composta de cactos espinhentos, arbustos espaçados e capins de permeio em solos erodidos e ásperos, com seixos rolados”. Tais características sendo parte da Caatinga, um bioma exclusivamente brasileiro, além disso, como continua o autor, o clima semiárido faz com que haja poucas ocorrências de chuvas entre janeiro e maio, atingindo uma temperatura média de 33°C (máxima) e 22°C (mínima) (MACEDO, 2013). Tais características não foram levadas em consideração nos períodos de territorialização.

2.1 HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE

A capitania Norte-rio-grandense teve seu período de ocupação iniciado em 1534, com as capitanias hereditárias, que consistia em um sistema de divisão de terras em que o responsável pelo território era nomeado de capitão mor. Com base em Diniz (2008, p.36), “a Coroa delegou poderes aos donatários e os estimulou a iniciar o povoamento de suas terras”. Este sistema determinava os limites geográficos de cada capitania a partir da costa e, também apresentava os direitos e deveres dos donatários, que a eles cabia a obrigação de fundar e administrar as vilas, além de colonizar nativos e defender o território, bem como estabelecer um sistema de economia rentável (DINIZ, 2008). A figura 01 apresenta este modelo de divisão de capitanias hereditárias que foi assim instituído.

Figura 1 – Mapa com Divisão de Capitanias instituído



Autor: Emanuel Bowen, 1767.

Fonte: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>

Lembrando que o período inicial que remonta a ocupação da região Seridó inicia-se no século XVIII, este fato se dá a partir da necessidade de áreas para pasto que seriam utilizados para o cultivo de gado nos sertões, assim como a necessidade de utilizá-los.

No século XVII, iniciou-se o povoamento do interior do Rio Grande do Norte. Com a multiplicação de currais de gado e desaparecimento dos indígenas. Pernambucanos e baianos vieram requerer sesmarias no sertão, mas poucos povoaram a região no princípio. Lentamente, os sesmeiros pernambucanos fixaram-se no Seridó e voltaram, anos depois, trazendo família. Nessa fase, obtiveram licença episcopal para ereção das capelas. Na segunda metade do século XVII, o sertão norte-riograndense estava pontilhado de currais de gado, que tomaram o que antes era espaço dos índios. Em muitos dos pátios de fazenda, onde o vaqueiro aboiava, formaram-se praças centrais de cidades sertanejas. Quase todas as sedes municipais, no interior do território potiguar, foram antigas fazendas de gado. Até meados do século XIX, o estado era o principal fornecedor de gado de tração e corte para a Paraíba e Pernambuco. (DINIZ, 2008 p. 43).

De acordo com Diniz (2008), é a partir de 1600 que é feita a divisão das terras seridoenses, as sesmarias, ocorrem primeiro em 1676, data a primeira concessão no território seridoense, em Acauã, atual município de Acari. Com o Capitão-Mor Geraldo Suni (1679-1681), as sesmarias no Seridó continuaram avançando (DINIZ, 2008). Outras mais terras continuam a serem doadas, dessa vez as pertencentes ao que hoje é o município de Caicó. Terras foram doadas a Luís de Souza Furna, Antônio Lopo e Pedro de Albuquerque nas serras do Trapiá e Acauã e, em 1736, ao Capitão Inácio Gomes da Câmara (sítio chamado Caicó no riacho do Seridó).

No Seridó, as primeiras famílias ali instaladas com perpetuação genealógica regular datam apenas do período pós 1720. Certamente, antes dessa data, as rústicas condições ambientais reinantes somente permitiam a fixação de homens desacompanhados de família – vaqueiros solitários, foragidos da justiça, caboclos mansos e negros cativos (DINIZ, p. 44, 2008)

A história retrata por sua vez que essa ocupação não foi assim tão simples e que os portugueses tinham no território norte-rio-grandense os indígenas Potiguaras.¹

De acordo com o texto da carta de doação, Barros fora beneficiado com a concessão de uma capitania na costa setentrional da Terra de Santa Cruz, já conhecida como Brasil. A capitania doada abrangia uma extensa área de 50 léguas de terra ao norte da Baía da Traição, limite com a capitania de Itamaracá. Na mesma carta de doação destinada a Barros, há informação de outra capitania de 50 léguas doada ao navegador Aires da Cunha, contígua capitania de Barros. As 100 léguas doadas a Barros e Cunha correspondiam ao território dos povos Potiguara, do tronco linguístico Tupi-Guarani. No século XVI, estes povos ocupavam a faixa litorânea desde atuais estados da Paraíba até o Ceará. Quando da chegada dos portugueses, a população Potiguara estava estimada em aproximadamente 90.000 pessoas. (PEREIRA, p.16; 2018)

A ocupação portuguesa por sua vez demonstrou bastante resistência, as expedições custavam caro e deviam ser bancadas pelos Capitães Mor, também chamados de donatários. Além deste fato, havia uma disputa territorial que era estabelecida tanto por portugueses quanto franceses e holandeses. Esses dois núcleos brigavam para promover a exploração do Pau-Brasil. Apenas na terceira expedição que ocorreu em 1559 é que os portugueses conseguem se fixar no território.

As leituras apontam que o interesse francês era de explorar a matéria-prima da região, fazendo assim com que eles mantivessem um bom relacionamento com os indígenas Potiguara, como apontado por Cascudo (1983). O francês não tinha exigência moral para o indígena, nem pretendia fundar cidade, impor costumes ou obrigar disciplina. De acordo com o autor, o francês não tinha o objetivo de colonizar, apenas fazendo uso da colônia como forma de se abastecer e movimentar o seu próprio comércio, diferente do português que vinha para ficar, criando ambiente à sua imagem e semelhança, construindo

¹ Pitaguaras, pitigares, pitiguaras e potiguares, significado mais comum, como comedor de camarão, eram grupos indígenas que habitavam o litoral, como Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio grande do Norte. Fonte: <https://blog.editoracontexto.com.br/guerra-dos-barbaros-o-terivelgenocidio-que-a-historia-oficial-nao-consegiu-esconder>. Acessado em 05/04/2024;

fortes, plantando cidade, falando em leis, dogmas, ordenações e alvarás (CASCUDO, 1983, p. 21).

Em 1598 após muitos entraves os portugueses conseguem então dominar o território, que hoje é a cidade de Natal, porém inicialmente não tinham interesses pela exploração do Sertão. Isso ocorrerá apenas após 1633, com a invasão dos holandeses e tomada do Forte dos Reis Magos, e é a partir desse episódio que passam a se interessar e se estabelecer comercialmente com o capitalismo mercantilista que perdurou até 1654, quando surgiu o interesse pelo Sertão. De acordo com Rolim (2018) existiram alguns aspectos que levaram a expansão no interior da Capitania do Rio Grande. O primeiro foi uma maneira de retomar o estado após a guerra contra os Holandeses. Outro ponto foi a intervenção das instâncias administrativas nesses processos, seja doando e confirmando datas de sesmarias, seja intervindo em favor dos conquistadores que atuavam contra as nações indígenas nas zonas de expansão, alargando fronteiras internas. Por último a questão pecuária, se tornando base econômica da conquista, constituindo-se como fundamento da colonização e da exploração das populações sertanejas e do território. (ROLIM, 2018, p. 1-2).

Assim o conflito da Guerra dos Bárbaros consistiu como a mais prolongada resistência desses grupos habitantes dos sertões, se estendendo desde o período final da expulsão holandesa até a segunda década do século XVIII (PIRES, 1990).

[...] foi sem dúvida o mais importante do longo ciclo de guerras movidas contra os povos do sertão nordestino. A Guerra dos Bárbaros, iniciada no que chamamos aqui as Guerras no Recôncavo Baiano (1651-1679), marcou o destino da América portuguesa e das civilizações indígenas que resistiam à sua expansão. Na verdade, mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos que foram o resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, no quadro das transformações do desenvolvimento do mundo colonial, do que de um movimento unificado de resistência. Esses conflitos envolveram índios, moradores, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa, e tiveram lugar na ampla região do sertão norte: o atual Nordeste interior do Brasil, que compreende a grande extensão de terras semiáridas do leste do Maranhão até o norte da Bahia (ou seja, o vale do São Francisco), englobando parte do Ceará, do Piauí, do Rio

Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. (PUNTONI, 2002, p. 13).

Além disso, outro nome dado a Guerra dos Bárbaros, conflitos entre indígenas e colonos, é a Guerra do Açu. Devido a sua proximidade com o Rio Açu, que suas margens eram utilizadas para estabelecer a fixação dos indígenas, tornando-se um lugar disputado territorialmente devido a sua localização.²

Macedo (2012), aponta que a historiografia vai fazer referência efetivamente aos termos "Guerra dos Bárbaros" ou "Confederação Cariri", que vai ser conflagrada entre 1683 e 1697. O autor ainda aponta que em função das proporções que alcançaram, o conflito preocupou as autoridades "[...] que de pronto solicitaram do Governo Geral uma ação imediata para debelar a ameaça do gentio tapuia que inquietava os moradores das ribeiras interioranas, assaltando e destruindo as fazendas de gado" (MACEDO, 2012, p. 34).

Os indígenas que se estabeleceram no Sertão eram denominados de Tapuias³ nomenclatura dada de forma geral devido as diferenças linguísticas desse grupo para o grupo Tupi, além de outra característica dada a eles foi a rebeldia e por isso o termo de bárbaro. Os Tapuia, a partir dos relatos de época, representavam o "oposto" dos povos do grupo linguístico Tupi, que habitavam a costa (PUNTONI, 2002; SILVA, 2015).

A conquista do sertão não foi pacífica. Vendo invadido seu território, os índios se levantaram, com a mais legítima determinação guerreira, contra os primeiros assentamentos de fazendas no interior na Capitania do Rio Grande, numa epopeia sertaneja que até hoje reclama atenção por parte dos historiadores. O gentio bárbaro, como a eles se referiam os

² A designação "bárbaros" era dada pelos colonizadores e cronistas da época aos povos nativos que habitavam à região e ofereciam resistência à ocupação do território pelos portugueses. Essa terminologia etnocêntrica convinha ao discurso colonizador que propagava a catequese e a "civilização" dos povos indígenas nos moldes culturais do europeu ocidental. Eram descritos como povos selvagens, bestiais, infiéis, traiçoeiros, audaciosos, intrépidos, canibais, poligâmicos, enfim, "índios-problema", pois não se deixavam evangelizar e civilizar. Eram, portanto, considerados os principais obstáculos à efetiva colonização. Fonte: Souza, 2021; p. 26.

³ Como indicado, Tapuia foi uma dominação genérica utilizada para se referir àquelas populações indígenas que habitavam os sertões. A partir de Medeiros Filho (2011), em estudo a respeito das antigas capitanias do Rio Grande e Paraíba, fornece informações acerca dos índios do sertão do Rio Grande. Esse autor constatou que integravam o grupo denominado como Tarairiú, sendo eles: Javós, Paiacus, Pacajus ou Baiacu, Jenipapos, Canindés, Sucurus, Ariás, Ariús, Uriús ou Pegas, Panatis, Caratiús. Souza, 2021; p. 26.

documentos da época, resistiu por anos a fio até ser morto ou aldeado pelos homens brancos que tentavam se fixar nas ribeiras e aguadas dos sertões. Os povos indígenas que habitavam a capitania do Rio Grande do Norte dividiam-se entre potiguares, no litoral e Tarairiús (Jandui) e Cariris, no interior. O Seridó abrigava cinco grupos: Canindé, jenipapos, sūcurus, cariris, pegas. Foram estes índios que combateram nas ribeiras seridoenses (MACEDO; 2005 p. 35)

A partir disso e com a intenção de se defender, lutando pelo próprio território surgem as construções de casa-forte, um exemplo desta na região Seridó fica no município de Caicó, é a Casa-Forte-do-Cuó, construída próximo ao rio Seridó no ano de 1683 e considerada a construção mais antiga de Caicó, hoje composta por ruínas e alicerces sobre lajedo, percebido nas figuras abaixo.

Em ruínas, o local da antiga Casa Forte resulta hoje no sítio arqueológico histórico do Cuó apresenta contextos de superfície elevada com restos construtivos, sendo em sua maioria preservados os alicerces e blocos de gnaiss deslocados, além de tijolos em sua maioria fragmentados, bem como telhas e tijoleiras (SILVA, 2010).

Figura 2 – Sítio arqueológico histórico do Cuó, local da antiga Casa Forte



Fonte: SILVA, 2010

Figura 3 - Ruínas da Casa Forte do Cuó



Fonte: SILVA, 2010

Um ambiente que inicialmente não era propício para instalações, mudaria o cenário a partir do século XVIII, por meio das sesmarias⁴.

No alvorecer do século XVIII, o Rio Grande do Norte era uma capitania subalterna que, pela carta régia de 11 de janeiro de 1701, deixou de estar subordinada ao governo geral da Bahia, tornando-se dependente de Pernambuco. Em termos eclesiásticos, a capitania do Rio Grande pertencia ao Bispado de Pernambuco, sediado em Olinda, estabelecida em 1676. Com a criação da Diocese da Paraíba, em 1882, o Rio Grande do Norte passou a

⁴ A lei de sesmarias foi criada pelo rei português Dom Fernando I, em 1375, e integrava um conjunto de medidas adotadas pelo governante com o intuito de combater uma aguda crise de abastecimento por qual passava o reino, condicionando o direito à terra a seu efetivo cultivo, traço marcante do reino da efetividade, característica da civilização medieval segundo Paolo Grossi. É possível consultar essas informações no endereço eletrônico <http://www.silb.cchla.ufrn.br/> que consiste em uma base de dados contendo informações das sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa.

subordinar-se a esse Bispado. Somente em 29 de dezembro de 1909, com a criação da Diocese de Natal, é que as capelas e freguesias tornaram-se independentes da jurisdição paraibana. O Estado permaneceu, nos séculos XVI e XVII, com apenas um município, Natal, que também era sede da única freguesia do Estado (DINIZ, p. 44).

A concessão das sesmarias do Rio Grande do Norte, foram, como dito, resultado da doação no pós-conflito, mas, não ficava distante do modelo adotado por Portugal que tem sua base na garantia do benefício, porém condicionado ao cultivo próspero da área. Em 1676 são concedidas as primeiras sesmarias no Piauí, sendo então a partir daí estabelecidas as primeiras fazendas de gado, só depois desta fase que houve a cessão do litoral do Rio Grande do Norte e do Ceará, através do Piauí e que serviu para o Maranhão e depois Goiás (SILVA, 2010).

Ainda e, Segundo Cascudo (1984), o retardamento na vida municipalista no Rio Grande do Norte, nos dois primeiros séculos, deveu-se a dispersão das atividades pastoris. Além disso o Capitão Mor tinha todo o domínio sobre seu território, sendo assim a autoridade suprema. O capitão-mor governador era a suprema autoridade local, exercendo, de fato, um poder quase incontestável.

De nada valiam as restrições de seus regimentos (LYRA, 1950). De acordo com Diniz, e ainda sobre as questões territoriais, em meados do século XVIII, foram criadas dez freguesias e, somente a partir de 1760, é que os aldeamentos norte-rio-grandenses passaram a ser elevados à condição de vila.

As aldeias foram solenemente elevadas ao predicamento de vilas, com presença de magistrados, cerimonial de chantação dos pelourinhos, os três vivas a El-Rei Nosso Senhor, demarcação e cordeamento da área urbana e termo escrito pelo escrivão (CASCUDO, 1984, p. 325).

É importante compreender os fatores que levaram a construção das casas sede, por isso entender como que a região se expandiu, para além da pecuária, e das divisões territoriais, pensar que muitos hábitos estavam ligados a religião, e com isso os espaços de devoção iam sendo cada vez mais construídos, tanto as casas de fazenda, quanto os lugares de culto, fazem parte do cotidiano do sertanejo.

A economia reinante no sertão era a pecuária, porém nem só de bois viviam os sertanejos. Sua vida religiosa, resumida às devoções domésticas, ao terço rezado à noite, às novenas recitadas nas datas santas, exigia uma melhor acomodação sob o teto dos templos católicos e sob autoridade dos padres. À medida que a população crescia, aumentava também a demanda por logradouros mais apropriados ao culto (DINIZ, 2008; p. 49).

Entender que os Sertões são mais que as Casas de Fazenda compreender os sujeitos que habitam e constroem esse lugar, é fundamental para discutir sobre a alimentação. Compreender os espaços territoriais, divisões acerca do espaço e demarcações de terra, tudo isso faz parte do contexto da região. Esse mapa retirado da dissertação da Natahlia Diniz, exemplifica bem as linhas. O mapa a seguir exemplifica a dinâmica da região entre as comarcas, gerando um caminho que permitia o fluxo do comércio pela região.

Figura 4 – Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba 1848



Fonte: Diniz 2008

Podemos compreender os aspectos que levaram a construção e desenvolvimento, tanto demográfico quanto político e econômico também a partir do gado que funcionava como impulsionador dessa região. Freguesia Gloriosa de Sant'Ana ou Vila Nova do Príncipe, atual município de Caicó se tornava o ponto de partida para os demais municípios, sendo fundamental para fomentar a região e influenciar a criação dos demais municípios, que até então se tratava de freguesias que respondiam politicamente ao município de Caicó.

A guerra e disputa pelo território vai durar até meados do século XVIII e, como resultado houve a derrota dos povos nativos, sendo mortos e os que sobreviveram fugiram para outras regiões, foram colocados na condição de escravizados ou ficavam em aldeamentos missionários.

A partir de Medeiros (1981), observamos que já havia algumas tentativas de povoar os Sertões do Rio Grande do Norte, além disso, de acordo com Macedo (2013), a partir das consequências da interiorização, mesmo os conflitos já sido apaziguados, a relação de convivência estaria abalada, sendo assim e a

partir do que Macedo (2013) aborda, não tardaram a surgir conflitos entre os curraleiros e os índios, tendo como cerne as questões que envolviam a ocupação das reservas naturais com o gado (Macedo, 2013; p. 40). Tais conflitos eram comuns e já aconteciam no Recôncavo da Bahia de Todos os Santos desde, pelo menos, os anos 50 do século XVII e caminhavam *pari passu* com o movimento das trilhas do gado rumando em busca do sertão das Capitanias do Norte (MACEDO, 2013).

Os confrontos para estabelecer a interiorização, também serviam como uma forma de movimentar a economia a partir da implementação das fazendas de gado. Cessados, em parte, os conflitos e aldeada grande parcela da população indígena em missões religiosas, foi celebrado no ano de 1695 um tratado de paz entre Bernardo Vieira de Melo, capitão-mor do Rio Grande, e Taiá Açu, principal dos Gandu (MACEDO, 2013). Como apontado por Macedo (2013):

Coincidentemente, no mesmo ano de 1695, foi construída nas proximidades da Casa-forte do Cuó um templo, intitulado na documentação da época de “Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã”. Seu objetivo era dar assistência religiosa à região e foi bento um ano depois por intermédio do frei Antônio João do Amor Divino, paroquiano de Olinda. A ereção de uma capela dedicada à Senhora Santa Ana fez com que as populações que já frequentavam o local durante os perigos da guerra pudessem fixar-se de forma definitiva na ribeira, formando um arraial. A acumulação de casas de morada uma próxima a outras, nas adjacências de uma capela, contribuiu para a “fundação”³⁰ desse arraial no ano de 1700, por Manuel de Souza Forte, fazendeiro na região. A institucionalização do “Arraial do Caicó” pode ser compreendida como a resposta aos anseios do Senado da Câmara da Cidade do Natal em favor do povoamento do sertão com os vassalos do Rei de Portugal. Segundo Augusto Tavares de Lira, o Senado da Câmara da Cidade do Natal, em 28 de agosto de 1692, havia se dirigido a el-Rei, reclamando medidas de defesa para a capitania, (MACEDO, 2013; p.42)

A construção do Sertão, passa também pelos aspectos religiosos, como abordou Macedo (2013), fazendo com que as pessoas fixassem morada, em Caicó, e nos arredores, visto que é a partir da Freguesia Gloriosa de Sant’Ana que se desmembram os demais municípios. A religião surge também como uma forma de institucionalizar a região sendo uma forma de administração.

Entender as mudanças que permeiam esses espaços juntamente com a construção do sujeito sertanejo, e desse território que se inicia as margens do rio Seridó, que tem como poder inicial estabelecido pela instituição religiosa, o momento que marcam o gado, seja em representação ao rio Seridó ou a Nossa Senhora de Sant'Anna, todos esses fatores fazem com que o sertanejo seja o que vemos hoje, perceber que os aspectos, culturais, sociais, identitários, alimentares, são alguns dos fatores que corroboram para o entendimento dessa construção.

2.2 SERTÃO: A CONSTRUÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES

Podemos observar que o sertão é o conjunto que abrange além do espaço territorial, faz parte da construção da identidade, cultural do sertanejo, sobretudo, no seu local de inserção e os recursos que são necessários para subsistência. O Seridó, aqui abordado busca apresentar esse lugar e a economia relacionada aos aspectos do alimento, entendendo assim a importância do gado nestes períodos das fazendas.

A partir de Macedo (2013) e Rodrigues (2020), com a intenção de compreender melhor a região pesquisada, é importante abordar as questões espaciais e territoriais no que diz respeito ao Seridó, para isso Moraes (2020) faz apontamentos pertinentes sobre o conceito de região, espaço e território.

Ao abordarmos a região em que se localizava a Freguesia do Seridó, observa-se que esses espaços foram formados a partir das fazendas e nas tímidas manchas urbanas surgidas a partir de meados do século XVIII (MACEDO, 2013). A palavra região é dotada de diferentes significados, ela pode ser entendida como uma porção de espaço terrestre ou mesmo como um lugar formado por maneiras diferentes, socialmente ou culturalmente, não se prendendo aos fatores de delimitação espacial, é também percebida como fator político, como aponta Moraes (2020).

A autora conceitua o Seridó como Região Natural que seria uma combinação dos elementos da natureza, como, clima, vegetação, o relevo, é a paisagem natural, muito específica. A partir disso, e de autores que Moraes (2020)

aborda em seu texto, tem uma divisão onde a Região Seridó abrange os estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

Em outras palavras, estamos falando de um território atualmente formado por 23 municípios do Rio Grande do Norte que, direta ou indiretamente, se desmembraram de Caicó, o município mais antigo da região, criado oficialmente em 1788 e “cuja delimitação se sobrepôs à circunscrição da Freguesia da Gloriosa Senhora. Em outras palavras, dar a precedência a Caicó enquanto primeira municipalidade da região – com o título de Vila Nova do Príncipe – e de onde surgiram os demais municípios é reafirmar os processos de estruturação e reestruturação desse território ao longo do tempo. Outra razão para adotarmos essa territorialização é o fato dela corresponder, grosso modo, aos limites da antiga Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, recorte espacial do nosso estudo. Indagamo-nos, pois, quais os processos que ocasionaram o surgimento dessa freguesia. Sant’Anna do Seridó (MACEDO, 2013; p.35).

Assim como dentro do seu texto Moraes (2020) aborda as características dessas regiões, tais como, vegetação baixa, de cactos espinhentos e agressivos, agarrados ao solo, de arbustos espaçados, com capins de permeio e manchas desnudas, em terra procedente do Arqueano, muito erodida e áspera; os seixos rolados existem por toda a parte e as massas de granito redondo sobressaem, aqui e ali, demonstrando como a erosão lenta, através dos séculos, deixa vestígios ciclópicos. As chuvas no Seridó Rio-grandense e Paraibano ocorrem de janeiro a maio, com variações de 127 mm a 916 mm. Em linhas gerais, a Freguesia do Seridó abarcava as ribeiras banhadas pelo Seridó e seus afluentes, tanto na Capitania do Rio Grande, como na da Paraíba, constituindo-se num território cristão/ocidental que se sobrepôs aos antigos territórios indígenas (MACEDO, 2013).

Outro conceito que a autora utiliza para tratar do Seridó é o de Região Paisagem ou Região Geográfica, que segundo ela deriva dessa perspectiva a identificação da região como área de manifestação de uma mesma paisagem cultural que se define pela ocorrência de um gênero de vida (Moraes, 2020), nessa visão é como se os sujeitos contribuíssem para a paisagem, é uma dinâmica entre as pessoas e o ambiente, uma construção da paisagem e dos sujeitos que as constroem. É pensando nisso e compreendendo a complexidade dos sujeitos envolvidos nesse processo que discutimos sobre os hábitos alimentares

É interessante pensar que a alimentação faz parte do processo cultural dos indivíduos. As condições do meio, especialmente o clima, o solo e a biodiversidade ofereceram o material básico potencialmente alimentício (KHATOUNIAN, 2012).

De acordo com Lopes (2021), essa construção se dá através de alguns processos, que são exemplificados pela autora: a exploração dos meios naturais, a fixação no litoral e a consolidação do povoamento nos sertões. As áreas sertanejas e sua composição devem ser pensadas por uma perspectiva abrangendo a realidade geográfica, situação econômica e social desenvolvidas (LOPES, 2021; p. 33). Com isso,

Uma abordagem ambiental e sociocultural da história alimentar parte do princípio de que qualquer padrão de alimentação resulta de um processo dialogado entre natureza e sociedade. Mas esse processo não é estanque. Pelo contrário, o diálogo ocorre de maneira dinâmica e se desenvolve ao longo do tempo histórico, incorporando a cada momento os elementos culturais, biológicos e agrônômicos que vão se apresentando (KHATOUNIAN, p. 61).

Os atores dialogam no que diz respeito ao entendimento do Sertão como pluralidade, sendo necessário entender todos os aspectos relacionados a ele, assim, é importante falar sobre os sujeitos que construíram esse Sertão, os sertanejos, que estão dentro desses aspectos culturais e sociais enquanto sujeitos que se tornavam mão de obra na construção da economia local.

A partir do que discute Bonato (2010), em relação a figura do sertanejo, podemos observar que, quando nos referimos à população que vive no sertão nordestino, utilizamos o termo sertanejo, que abrange desde o criador de gado até os moradores das pequenas cidades da região, assim como o termo Sertão, o sertanejo também passa por modificações e de certa forma acaba sendo uma denominação recente a essa população, que de acordo com Bonato (2010) Se acompanharmos os dicionários mais utilizados da época, veremos que no princípio do século XVIII Raphael Bluteau vai caracterizar sertanejo apenas como “cousa do sertão” sem nenhuma referência aos habitantes. Será apenas no século XIX que de acordo com Bonato (2010) esse termo passa a ser difundido e começou a fazer parte do imaginário dominante sobre a população local, transformando assim o habitante do sertão em sertanejo. Um século mais tarde, no Dicionario da Língua Portuguesa de Antonio de Moraes Silva, o termo já

aparece definido como o “que vive no sertão, ou matos interiores, e longes da costa”. (BONATO, 2010, p. 128-129).

Para Lopes (2021) é importante entender o contexto, é percebível, portanto, que se tratou de duas categorias econômicas complementares, mas que acabaram por produzir, demarcar territórios e sociedades diferenciadas. Compreender que sertanejo e sertão estão relacionados e com isso, a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda (Moraes, 2003; Lopes, 2021). Compreender que o significado inicial de sertão significa lugar longe do litoral ou da capital. Para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que expressem o oposto do qualificado por tal noção (MORAES, 2003, p. 3 Lopes, 2021).

A partir de Lopes (2021) e a relação com os demais autores, podemos entender o sertanejo como um sujeito de resistência, que lutou contra a colonização, e que resistiu a ela, o sentido de sertão e sertanejo se mostram parte um do outro. E com isso entendendo os sertões, a cultura e os sujeitos que não só fazem parte, como são fundamentais para a construção do espaço, assim continuamos nossa discussão, agora, acerca dos sertões e a alimentação. A partir do que é apontado por Khatounian (2012), podemos entender melhor como ocorreu o processo alimentar na região. O autor afirma que:

O padrão alimentar constatado pela esquadra de Cabral era bastante difundido, cobrindo praticamente toda a área do trópico úmido americano. Isso porque nenhuma cultura produz tão abundantemente como a mandioca, em climas com período de pelo menos seis meses de calor e umidade. Nessas condições, a mandioca é um precioso tesouro vegetal, capaz de produzir em solos muito pobres e com muito pouco trabalho. A partir de 1532, com a chegada da primeira expedição colonizadora, os contatos entre portugueses e índios se tornam muito estreitos, e o conhecimento das coisas da terra se aprofunda e passa a ser comunicado à Europa (KHATOUNIAN, 2012, p. 62).

Antes da inserção do gado nas fazendas e engenhos de açúcar e farinha, temos uma alimentação baseada em alimentos cultivados, como mandioca

(*Manihot esculenta*) e milho (*Zea mays*), e até hoje na região Norte e Nordeste esses alimentos são presentes, ricos em nutrientes e muito versáteis, quando se trata do preparo. Além disso o milho se destaca em relação a sua versatilidade do preparo, nas palavras de Gabriel Soares de Sousa (1587/1971), incluía o milho (*Zea mays*) mole, “do qual fazem os portugueses muito bom pão e bolos com ovos e açúcar [...] muito bom para cozer com [...] carne, e outros preparos animais, além de ir muito bem com o arroz. Outro destaque é para as favas (*Phaseolus lunatus*), “que os índios chamam comenda [...] que fazem muita vantagem de sabor às de Portugal” (KHATONIAN, 2012). Além das leguminosas e demais alimentos, tinham ainda as castanhas e amendoins “comem-se assados e cozidos [...] e são muito saborosos, e torrados fora da casca são melhores”. E o caju, “fruto formosíssimo [...] para se comerem cozidos com açúcar e canela não tem preço” (SOUSA, 1587/1971, p. 182-202). É claro que além desses alimentos que eram a base, os grupos indígenas também pescavam e caçavam, e ainda existia as misturais regionais, frutas e alimentos vindo de Portugal, por exemplo, as bananas, os citros (“frutas de espinho”), o coco, o gengibre, as videiras e figueiras, as couves, pepinos, cebolas, alfaces e outras tantas plantas hortícolas (KHATOUNIAN, 2012. 65).

A partir disso e com as mudanças de vida gerada após a chegada dos colonizadores, a economia e a base da alimentação irão caminhar em direção aos engenhos da produção açucareira, a partir disso e do que discute Alencastro (2014).

Assim, Manuel Querino (1928, apud FREYRE 2004, p. 99), relatando o pensamento da época em relação aos animais domésticos, argumentava que “as ovelhas e as cabras consideradas como criaturas inúteis, os porcos difíceis por se tornarem monteses com o abandono, o gado vacum insuficiente para o serviço do engenho, gastos do açougue e fornecimento dos navios (ALENCASTRO, p. 38; 2014).

Dentro do que discute Alencastro (2014) e das obras que faz referência, é possível perceber que o consumo do gado não foi inserido pelo contato com os portugueses, como vimos com Khatounian (2012) também, os povos indígenas pescavam e caçavam e o consumo da proteína animal era fundamental na dieta, o consumo realmente já existia, o que mudou foi a inserção da criação do gado,

fazendo com que essa novidade trazida pelos europeus se disseminasse no Seridó potiguar. Com destaque para a vaca com o propósito do consumo alimentício (Alencastro, 2014)

Com esse objetivo o gado começa a ser estabelecido como fator econômico, sendo inserido em primeiro momento nos engenhos de açúcar para transporte e tração de moendas, além da parte do plantio, porém a produção foi aumentando e com isso começou a se exportar o açúcar, gerando a necessidade de alargar a área de plantio (KHATOUNIAN, 2012). A partir da relação entre os povos do continente africano, que inicia o processo de introdução do feijão na dieta alimentar, assim como dos grupos indígenas que viviam aqui, somando com o fato de também haver colonizadores portugueses, a dieta alimentar se mistura entre essas três culturas.

Ao considerarmos as necessidades alimentares, é possível propor que o custo para manter muitas pessoas era alto, sendo assim recorrido ao plantio, como uma forma de ter uma diversidade alimentar, visto que não era em todo solo que a mandioca conseguia ser plantada, como aborda (KHATOUNIAN, 2012), uma estação chuvosa de três meses é suficiente para uma produção satisfatória de milho, enquanto pelo menos seis meses são necessários para o desempenho pleno da mandioca (KHATOUNIAN, 2012).

Outra relação importante na dieta alimentar, é a influência dos marroquinos, e árabes que o autor também discute, dizendo que de alguma maneira as populações sertanejas teriam traços marroquinos de acordo com o autor as populações que subiam o São Francisco, e depois outros rios, eram predominantemente de pessoas livres, mas pobres, para as quais havia muito pouco espaço econômico na sociedade açucareira do litoral (KHATOUNIAN, 2012).

É importante entender essas relações culturais, perceber que a dieta alimentar está sempre se adaptando a partir dos sujeitos e dos espaços. O autor cita alguns exemplos da alimentação inserida no sertão. No sertão do Nordeste se estabeleceu uma dieta à base de milho, leite e derivados, rapadura e hortaliças, o que faz uma analogia a dieta do Marrocos (KHATOUNIAN; 2012). Ainda sobre a alimentação temos esse trecho onde o autor aborda a forma de se fazer o *cuscuz*, sendo esse uma das bases da alimentação, seu preparo consistia

em uma panela específica, ao qual chamamos de *cuscuzeira* com dois recipientes: no de baixo, colocavam-se hortaliças e carnes para cozer em água, e no de cima ia o cereal, e finalmente ia a tampa fechando tudo (KHATOUNIAN, 2012). Os conteúdos dos dois recipientes eram comidos juntos.

Houve assim uma adaptação, o que é normal, quando a prática do cuscuz chega nos sertões, a parte de baixo do recipiente passa a ser ocupado apenas por água, e as carnes passam a ser feitas separadas, outra questão, é o de se fazer farinha a partir do milho e assim conseguir ter mais variedade, como por exemplo o angu, canjica, e polenta, que fica mais conhecido no planalto paulista e na região das Minas Gerais (KHATOUNIAN, 2012). Além disso, outra referência a culinária marroquina é a umbuzada, cozido da fruta madura do umbu com leite e açúcar, análoga às tâmaras com leite, e sem equivalente na cozinha portuguesa (KHATOUNIAN, 2012).

Dialogando com Khatounian (2012) onde pudemos entender melhor a relação da alimentação com as influências sofridas na região e compreendendo que a criação do gado foi um vetor economicamente forte na região durante esse período. De acordo com Alencastro (2014), podemos observar a adaptação desse gado, onde ela afirma que no Nordeste, o gado era criado solto nos pastos brutos, tornando-se bois magros e musculosos. A também o destaque para a carne de charque, de acordo com Alencastro (2014) o seu surgimento foi no Ceará.

Como o autor Khatounian (2012) aborda em seu trabalho, a alimentação estava estabelecida no que conhecemos hoje já em 1700, com suas diferenças regionais. Desta forma, a cozinha metropolitana, que era fundada na tríade carne, pão e vinho, na colônia foram adaptados para a realidade local em carne (seca), feijão e mandioca (SILVA, 2005).

2.3 ECONOMIA: DO LITORAL AOS SERTÕES

A partir das discussões feitas até agora podemos entender os fatores que levaram a dieta alimentar brasileira ser o que é. Entraremos agora nos fatores econômicos, pois sabemos que o gado foi um vetor econômico na região, e

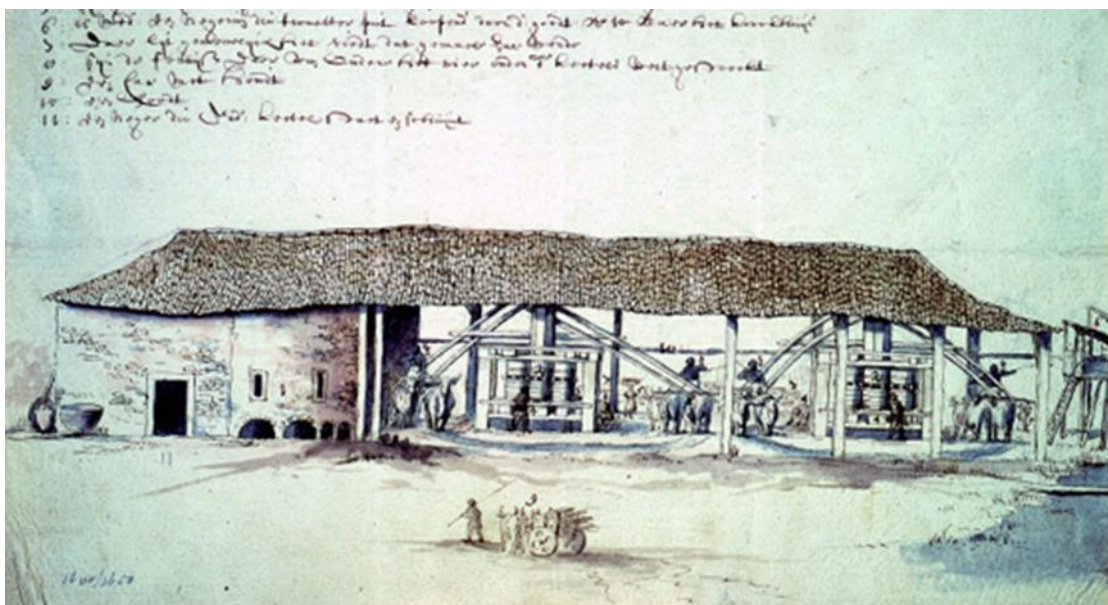
entender a relação do homem com o animal também se faz necessária para compreender os hábitos alimentares. Para isso, discutiremos tais aspectos a partir da Muirakythan Macedo (2005), em *A penúltima Versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*, e Diniz (2008).

De acordo com o Macedo (2005), no litoral ficavam localizados as imensas plantações de cana de açúcar, os colonos preferiam centrar a economia em um único lugar e assim, inicialmente, não havia interesse nos sertões. Apesar do plantio de milho e mandioca, esses não eram suficientes e já haviam sido inseridos o arroz e feijão, frutos da colonização, além disso houve um certo desdém na forma de vida que levava a população que aqui vivia, exatamente por conta que o objetivo era a extração de lucro da colônia. Poucos produtos adviriam do solo brasileiro para consumo na própria colônia, somente aqueles que Portugal não poderia abastecer. O gado fornecedor de carne e ruminante força motriz dos engenhos foi um deles (MACEDO, 2005, p. 30).

Ou seja, os espaços eram majoritariamente ocupados pelos canaviais no que diz respeito ao litoral, e poucos eram destinados a pecuária, que estava emergindo também, seja pelo consumo, ou para uso como mão de obra, criar o gado no litoral trariam mais gastos em relação a remanejar o plantio da cana de açúcar e por que o gado precisa de mais espaço, além disso ainda tem o fator financeiro, a cana de açúcar proporcionava mais derivados e conseqüentemente mais lucros, o gado era necessário nessas zonas apenas visando o consumo e a mão de obra, mas a criação do gado, era inviável e por isso foi remanejado para os sertões, visto que a população envolvida com a agro manufatura açucareira - dos senhores aos escravos – compunha sua dieta à base da carne bovina, e necessitava, por outro lado; da força tradicional dos bois para o transporte e moagem da cana (MACEDO, 2005, p. 30)

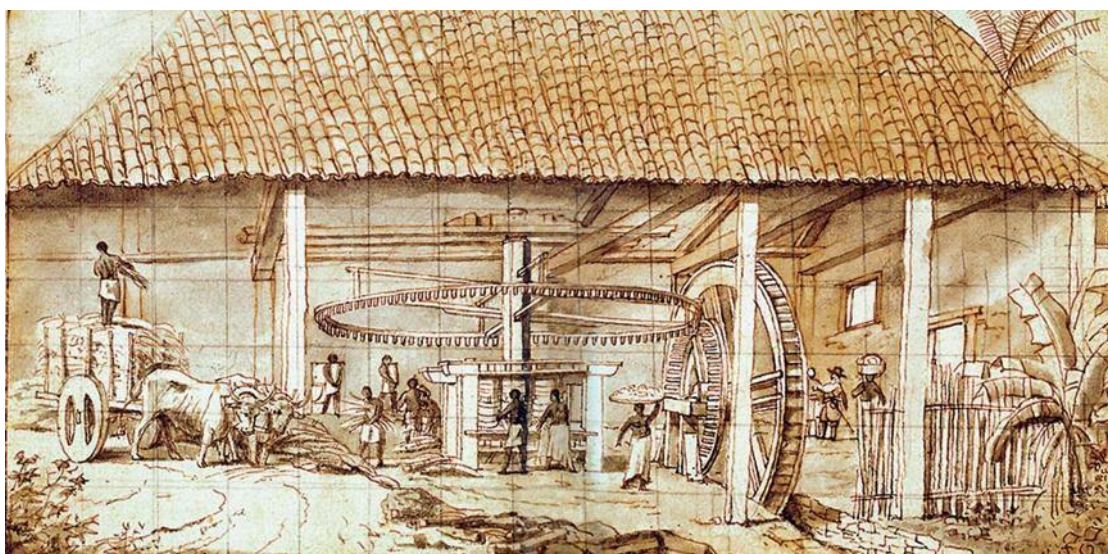
O pintor holandês Frans Post, que fez parte da comitiva de Maurício de Nassau, no período de ocupação holandesa no Nordeste do Brasil deixou registrado em algumas de suas obras a presença do gado e seu papel essencial no transporte, como é visto nas duas figuras a seguir

Figura 5 Desenho de Frans Post de 1640 – Usina de Açúcar com Dois Cilindros Movido por Bois.



Fonte: Publicado no Atlas van Stolk. Domínio público

Figura 6 Aquarela de Frans Post de 1640 – Produção da Cana em um engenho



Fonte: <https://historicalarchives.fine-arts-museum.be/>. Domínio público

O gado é representado em ambas figuras com o uso dos chamados “carros de bois”, que eram meios de transporte utilizados em geral para transporte de cargas ou pessoas. Foi em função das lavouras de açúcar que este tipo de veículo se tornou nacionalmente conhecido e, é apontado como o primeiro veículo que rodou em terras do Brasil (SOUZA, 1958).

Não se sabe ao certo o primeiro aparecimento do carro de bois no Brasil, mas, sua referência encontra-se na primeira metade do XVI. “É mais do que

provável que surgissem com a fundação dos primeiros engenhos de açúcar do Brasil, de 1526 a 1545” (SOUZA, 1958, p.104).

Começa assim um conflito, poucas terras para a cana de açúcar e o gado viveram juntos, de acordo com o autor, até lei foi necessária para poder migrar o gado para áreas mais afastadas do litoral, com base na Carta Régia de 1701, que proibia o criatório a menos de 10 léguas do litoral (MACEDO, 2005). Com isso fica oficialmente decidida a separação entre a monocultura da cana e a pecuária, criando assim nos Sertões um espaço diferente do açucareiro.

A pecuária se fazia mais lucrativa quando era atrelada a produção açucareira, como aborda Macedo (2005). Prova disso foi sua rápida difusão pelo interior nordestino no século XVII, provocada pelo apogeu da produção do açúcar (MACEDO, 2005). Sendo assim, o gado servia mais para alimentação e forma de subsistência do que de fato para movimentar a economia, levando em consideração o seu lucro. O gado, quando negociado nas feiras ou núcleos urbanos do litoral, auferia, em geral, apenas 5% do valor de exportação do açúcar (MACEDO, 2005).

A conquista do Oeste nordestino fez-se percorrendo duas vias: pelos sertões de dentro e pelos sertões de fora. O interior do Rio Grande do Norte foi ocupado, em sua maior extensão, a partir desta última rota, originária de Pernambuco e Paraíba. Da Bahia, seguindo o rio São Francisco abaixo, partiam as levadas de vaqueiros e gado que povoariam as partes mais orientais do que hoje chamamos Nordeste; percorriam os sertões de dentro, rotas mais afastadas do litoral. (Macedo, 2005 p. 32).

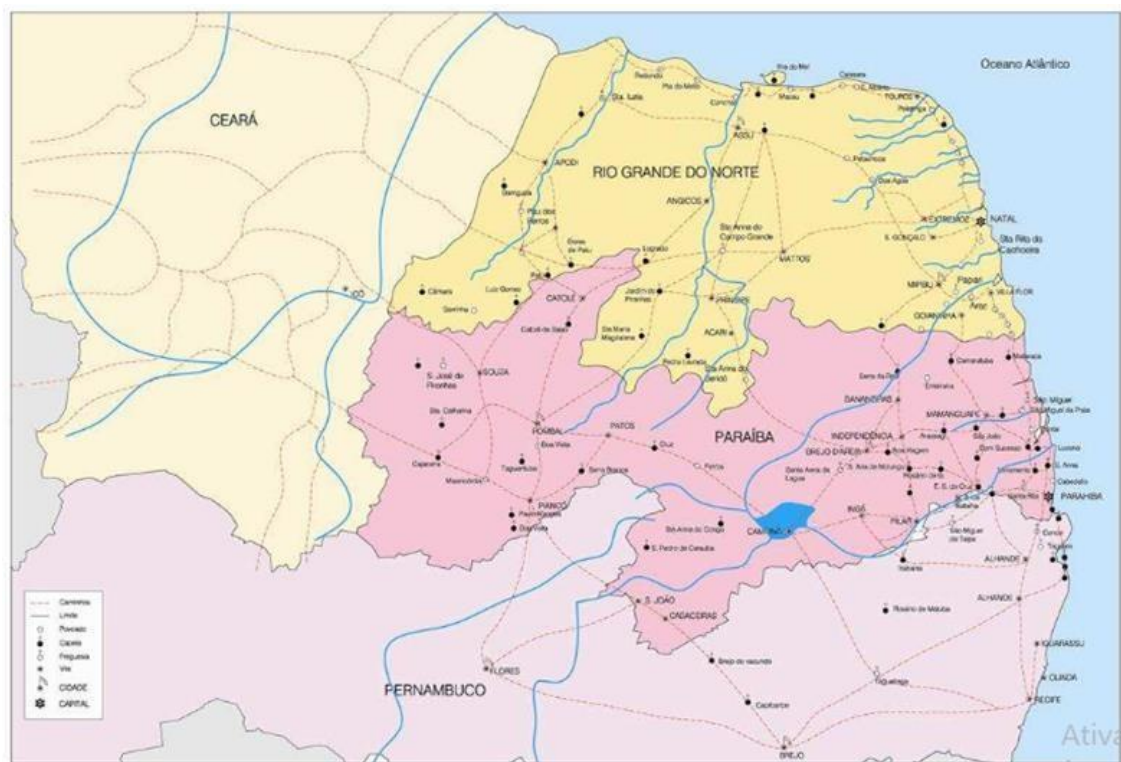
O que corroborava para a prática criatória era a quantidade de terras, era uma região pouco explorada, então conseguia ter pastos de gado, o pasto sendo exaurido e não repostado a tempo de dar conta da multiplicação do rebanho, obrigava de tempos em tempos ao deslocamento do gado excedente para outras plagas (MACEDO, 2005).

Segundo Cascudo (1984), a estrada das boiadas da Paraíba era muito mais utilizada pelos vaqueiros norte-rio-grandenses que as suas próprias, pois através dela se ia para o Piauí, região de proveniência da totalidade dos garrotes que abasteciam a vida pastoril potiguar, de fins do século XVIII ao início do século XX. De acordo com Medeiros Filho (1983), o processo da criação de gado dava-se da seguinte forma: o seridoense abastecia-se de garrotes no Piauí, engordava-os no Seridó, revendendo-os

quando bois erados nas feiras de gado da Paraíba e Pernambuco. O autor observa que se tratava de um gado muito resistente a caminhadas. Cascudo (1984) (DINIZ, 2008; p.51).

Mostrando assim, a maneira que os vaqueiros encontraram de comprar esse gado, engordar e depois revender, fazendo com que a economia fluísse, de uma maneira que essa rota se interligasse, passando pelos estados citados a cima, como exemplo da rota que esse gado percorria, trago o mapa usado por Diniz (2008)

Figura 7 - Rede de caminhos estabelecidos pela rota de gado. Construção da autora a partir das cartas: Carta chorographica da Província do Ceará (1861), Carta da Capitania do Ceará (1818) e carta geográfica da Capitania do Piauí (1761) e Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba. (1848)



Fonte: DINIZ, 2008

Como podemos observar no mapa acima, as rotas traçadas pelos vaqueiros, rotas essas que movimentavam a economia da região, não apenas com a compra e venda do gado, mas também outros objetos e recursos alimentares, outra questão importante e citada por Diniz (2008) é que tudo era reaproveitado, o gado, a carne, e a pele, utilizada para fazer diversas indumentárias que, por conseguinte eram utilizadas pelos vaqueiros da região.

Com a utilização frequente dessas rotas e segundo Cascudo (1984), determinaram a necessidade de vendas, feiras rápidas de suprimento ligeiro e pousos para descanso ao longo da rota. Assim fizeram-se casas, as fazendas aproximaram-se, capelas foram erguidas, muitas delas depois elevadas à condição de freguesia e vila, tornando-se sedes municipais.

Compreendendo os aspectos alimentares, o que era uma base alimentar da região e o que acabou se tornando, dentre vários aspectos, podemos perceber que mais uma vez a alimentação é uma construção plural, observamos as influências externas e preparações que conhecemos hoje se originam em outros países, além disso foi possível compreender a complexidade da criação do gado e o que fomentou a sua mudança, do litoral, para os sertões, e a rota que esse gado percorreu, sendo trazido do Piauí até o Seridó norte riograndense e que isso foi um fator econômico demasiadamente forte na região. Ainda sobre os aspectos do gado, mas agora compreendo a importância das casas de fazenda nessa relação, afinal elas foram moldadas a partir da criação de gado.

3 A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E AS CASAS DE FAZENDAS

Utilizando como base o que é discutido na Arqueologia Histórica e apontado por Najjar (2005), a autora afirma que os artefatos, os documentos escritos, a informação oral e a própria arquitetura podem informar ao pesquisador de Arqueologia Histórica sobre as relações entre os ocupantes desses sítios e como eles se relacionavam com a sociedade. Diante da vasta possibilidade de trabalho em Arqueologia Histórica, aqui escolhemos as casas de fazenda. Pensando na revisão bibliográfica junto com a Zooarqueologia, ao longo do trabalho, essas bibliografias dialogam também com os dados históricos sendo assim possível cumprir com o objetivo da pesquisa, e reforçar a importância deste diálogo entre as ciências. A abordagem das Casas de Fazenda conduz a pesquisa a um ideal de discussão neste paralelo entre esse lugar e o gado que por ela passou, sendo parte de sua própria história.

A partir da Arqueologia Histórica podemos entender que outro aspecto nos faz utilizá-la, o seu entendimento sobre as sociedades, como aborda Funari

(2001). O estudo da cultura material histórica permite, assim, conhecer as tensões sociais e a variedade de situações sociais vivenciadas, como é apontado por Lima (2002):

Voltado para as visões de mundo, para as ideologias coletivas, para os sistemas coletivos de crenças, para as atitudes mentais e para a vida cotidiana, gerou a história do corpo e suas doenças, da sexualidade, das práticas higiênicas e alimentares do dia-a-dia das pessoas sem história, sem rosto, sem nome, falando de perto à arqueologia histórica (LIMA, 2002. p.13).

É interessante pensar sobre os diversos aspectos da Arqueologia Histórica. Lima (2002), fala sobre dar importância a objetos que muitas vezes são descartados e que ninguém acharia, mas que foram importantes na vida das pessoas, e nos processos sociais a ideia de conectar o que as pessoas pensam e acreditam através da materialidade e é isso que o material arqueofaunístico representa, e que a partir dele pode-se entender tanto os aspectos relacionados a alimentação e no que tange os aspectos sociais-culturais quanto em relação a paisagem, domesticação dos animais, relação de consumo e caça. Com base em Costa (2010), é apontado que ao promover este processo investigativo, descritivo e explicativo sobre o comportamento humano, seu foco é de “[...] reconstruir o modo de vida das pessoas” (COSTA, 2010, p.25). Quando o autor aponta sobre o processo de reconstrução, ele está fazendo referência aos modos de vida pretéritos e que são apresentados a partir da descrição sobre modelos de moradia, relações econômicas e sociais, bem como os tipos de comida e padrão de alimentação.

A Arqueologia Histórica vai se consolidar, dentro de sua pluralidade de pesquisa depois da segunda metade do século XX e sobretudo no XXI. Durante um longo período, a Arqueologia Histórica brasileira dedica-se ao estudo de prédios coloniais, investiga igrejas, missões, conventos, fortificação e solares (GASPAR, 2003), estando esta cultura material bem presente em suas pesquisas. Com base nos apontamentos de Azevedo Netto e Souza (2010), a cultura material vai ser composta por um conjunto de elementos materiais, formado por objetos produzidos ou transformados por grupos humanos, que vão representar condutas, gestos e ideias, que fazem parte do cotidiano de um povo.

A partir da Arqueologia Histórica, temos a Arqueologia Histórica Sertaneja, e seu uso se faz necessário devido ao contexto do trabalho, relacionar as casas de fazenda com a alimentação.

Hoje faz parte da Arqueologia Histórica variados campos de estudos, os quais abrangem o interesse por grupos distintos envolvidos em seus próprios contextos e períodos históricos. Por isso que é necessário situar contextualmente a Arqueologia Histórica abordada, como a que corresponde aos acontecimentos que tiveram como ponto de partida a expansão europeia. Responsável por conectar territórios e que derivou no choque do contato entre diferentes povos, demarcando o que tradicionalmente na historiografia ficou designado como período moderno (LOPES, 2021; p 54).

A influência transversal de diferentes disciplinas como a Arqueologia, História, Literatura, entre outras, possibilitam o desenvolvimento de debates teóricos que enriquecem o discurso arqueológico em seu conjunto (JOHNSON, 2000, p. 200).

O local em que foi encontrado, o seu contexto, se haviam mais materiais de diferentes tipos por perto ou não, em qual local do sítio arqueológico o material foi encontrado, tudo está relacionado. No nosso caso, os materiais arqueofaunísticos foram encontrados nos fundos das casas de fazenda, no que era costume fazer, usar o quintal como um lugar para descarte, seja de louça, cerâmica, material ósseo ou vidro esses e outros diversos materiais fazem parte da cultura material, e alguns deles como acabei de citar, são encontrados nessas zonas de descartes.

A Arqueologia Histórica permite abrir possibilidades em relação ao trabalho com a materialidade, ou seja, o material não apenas algo isolado, e com algumas informações, ele está inserido em um contexto, com uma determinada população, onde sofrerá algum tipo de influência do que se estive em outro lugar, então a Arqueologia Histórica passa a entender esses sujeitos, pensando junto com a documentação, oralidade e registro material.

Considerando o que é apontado por Orser (1992), os artefatos em Arqueologia Histórica são em geral apontados como aqueles itens fabricados e/ou modificados pela ação humana, incluindo louças, garrafas e frascos de vidro, metais e assim por diante, além disso as estruturas, entendidas como

qualquer evidência de presença humana que não pode ser removida do sítio arqueológico, estariam relacionadas igualmente ao restante dos achados, poços, trincheiras, lareiras, fossas sanitárias, casas fortes e outras edificações. Esta peculiaridade da Arqueologia Histórica, de poder confrontar diversas fontes, também reserva a ela um papel de destaque no estudo dos grupos humanos. Cabe à Arqueologia Histórica analisar os domínios nos quais o registro documental é falho ou extremamente tendencioso (LIMA, 2002).

Ao passar por este processo transformativo, outras questões que antes não eram levadas em consideração, passam a ter maior abordagem, um exemplo prático disso é pensar dentro da Zooarqueologia. Inicialmente o objetivo era descrever animais, espécie, quantitativos de dados, com o tempo os pesquisadores foram percebendo que apenas esses dados isolados já não eram mais suficientes e que era preciso pensar no contexto desses animais, seja em períodos pré-coloniais ou pós, entender esses animais e como se relacionam com a dieta alimentar daquela determinada região.

A Arqueologia Histórica possibilita, pesquisar o cotidiano do povo permitindo, através disso, um desvio quanto a parcialidade das evidências eruditas (LOPES, 2020) ou seja, aliar a documentação com a materialidade histórica. As discussões acerca desse tema, surgem aqui no Brasil em 1950, com foco na aplicação de metodologias arqueológicas aos contextos relacionados a colonização e suas consequências e, vão ganhando força em 1960, a partir da implementação da Lei nº 3.924⁵, responsável pelo fortalecimento de pesquisas por todo país (LIMA, 1993). E com isso, esse campo ganha força para ter suas pesquisas reconhecidas, o período de 1960 a 1980 marca como sendo de maior formação dessa disciplina, com pesquisas voltadas para as áreas de arquitetura e bens patrimoniais.

O interesse pela arquitetura, por um bom tempo, determinou os rumos da área cujo foco estava voltado para igrejas, conventos, missões, fortificações e residências não oficiais ligadas a indivíduos com maior relevo social e econômico. Os trabalhos acabaram concentrados na região sul com as missões jesuíticas e, na região nordeste com pesquisas em fortificações e igrejas,

⁵ Lei que dispõe da proteção dos bens arqueológicos e pré-históricos. Está disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.

especialmente em na área do litoral de Pernambuco (LOPES, 2020, p.56).

De acordo com a autora, as primeiras pesquisas estavam ligadas ao período de ocupação europeia, e tudo que se relacionasse com esse período pós-contato, inicialmente, e, como o foco era na arquitetura, em espaços que eram pertencentes a elite, e que tivessem alguma relevância. Porém, com o avanço das pesquisas e a forma de se entender a Arqueologia como um campo plural, outros espaços vão sendo pesquisados, como é o caso das casas de fazenda.

Além disso compreender os aspectos em que as casas de fazenda estão inseridas, a partir da Arqueologia Histórica, compreendendo não apenas a materialidade como também o contexto desses sítios e dessa região.

Para nortear nossa pesquisa, levando em consideração os estudos sobre as casas de fazenda na região, além dos trabalhos já mencionados, como os da Nathalia Diniz (2008) e da Hozana Lopes (2020), vamos nos debruçar no trabalho de Bianca Oliveira (OLIVEIRA, 2021). Sua dissertação que tem como tema: Escravidão e terras de criar gado em lugar denominado Sertão: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó Potiguar, século XVIII e XIX. É importante fazer referência a este trabalho pois ele discute alguns pontos necessários para essa pesquisa, além do mais o que a autora apresenta como objeto de estudo o material que também será abordado aqui, porém em outra perspectiva. Para além da Arqueologia, Oliveira (2021) faz uma discussão junto com a História e Antropologia, mostrando também a interdisciplinaridade.

A autora trabalha com pessoas escravizadas a partir de casas criatórias, onde aborda os sujeitos e suas identidades, levando em consideração uma análise espacial e dos bens listados em inventários de proprietários locais fazendo uma análise da construção desses lugares, onde eram pensados de forma estratégica para demonstrar a relação de poder hierárquico do proprietário. As fazendas criatórias dos sertões eram paisagens complexas, que almejavam sua autossuficiência, moldadas de modo a expressar poder, *status* e ideologia das famílias proprietárias (OLIVEIRA, 2021).

É interessante pensar em como Oliveira (2021) utiliza-se do termo fazenda criatórias, ao qual ela explica que, as fazendas estão como espaços de criação

do gado bovino, primeira associação devido à atividade econômica da pecuária; mas também foi um espaço dedicado a inúmeras outras criações para alimentação de seus habitantes; criou gentes; criou saber-fazer; criou sentidos por meio dos quais se traduziu a espacialidade local, além de todo um universo cultural de profundo significado à população sertaneja atual (OLIVEIRA, 2021).

As casas sede das fazendas seridoenses foram implantadas em suaves plataformas, que em relação ao sítio localiza-se na parte mais elevada. Sempre nas proximidades de riachos e arroios perenes, onde foram construídos açudes. A fachada principal da edificação é voltada para o nascente. E na maioria dos casos, da porta principal da casa dá para se ver os currais e edificações de produção (fábrica de rapadura, casa de farinha e armazém de descarregar algodão). Essa locação privilegiada permite ao fazendeiro controlar de sua propriedade e afirmar o seu domínio. Os currais apresentam-se de diversas formas, eles podem ser cercados de pedra, alvenaria, madeira, arame, ferro, como também mistos. São, geralmente, construídos de forma muito frágil, sem compromisso de se perpetuar no tempo; são refeitos periodicamente. Aliando esses trabalhos a pesquisa, trouxe esse mapa que exemplifica as Casas de Fazenda da região (DINIZ; 2008, p. 93).

O mapa abaixo, apresenta a distribuição geográfica das casas de fazenda da região do Seridó, sendo ela com o tempo apresentadas apenas em forma de ruínas e servem como evidência desse declínio e abandono das fazendas.

um total de setenta fazendas (DINIZ, 2008). O gado se monstro assim um vetor econômico e forma de subsistência, assim sendo uma maioria no Seridó potiguar

4 ZOOARQUEOLOGIA NO BRASIL: LITERATURA QUE DISCUTE ARQUEOFAUNA

A Zooarqueologia é uma ciência que trabalha de forma interdisciplinar tendo como objetivo estudar os seres humanos e sua relação com a sociedade a partir dos materiais arqueofaunístico. Para além dessa nomenclatura, também é conhecida como Arqueozoologia, Osteoarqueologia, Arqueologia de Ossos Animais, Paleoetnozoologia, Análise Faunística ou Análise de Restos Faunísticos, entre outros, que, através do estudo de restos animais recuperados em sítios arqueológicos, busca o entendimento de sistemas zooculturais (LIMA, 1989, p.175).

A abordagem ecológica na Zooarqueologia busca atualmente a construção de modelos capazes de explicar os padrões de captura de energia, envolvendo animais, e as estratégias utilizadas na sua obtenção. Esses modelos, por sua vez, devem ser integrados a outros mais gerais sobre os sistemas de assentamento e subsistência das populações estudadas, com base em raciocínios analógicos (LIMA, 1989 p. 175).

Em linhas gerais, independente de qual nomenclatura seja utilizada, todas se cruzam em seu objetivo final, o que muda é a forma como farão isso. Por exemplo, Lima (1989) explica o uso desses termos, a Osteoarqueologia seria especificamente o estudo dos ossos o que exclui a análise de invertebrados e estruturas não ósseas, que seriam elas; cascos, couros, chifres, pelos e penas, de acordo com a autora mantém uma certa ambiguidade com relação a restos humanos. Já a Paleoetnozoologia, é um termo bastante confuso pois faz uso de dois prefixos, *paleo* e *etno*, e de acordo com a autora, *Arqueologia* substitui ambos com maior clareza, e por isso se dá a preferência a expressão Zooarqueologia, que segundo Tânia Andrade enfatiza o aspecto cultural da análise, que em momento algum pode ser perdido de vista, ao mesmo tempo em que o prefixo *zoo* caracteriza uma subdisciplina, delimitando o seu campo de ação: o estudo de restos faunísticos (LIMA, 1989, p 175).

Por essa razão, se faz necessário o uso desse termo, em comparação com os outros, pois é o que mais se aproxima do objetivo da pesquisa.

Assim sendo, considerando o fato de que cada cultura desenvolve um modo peculiar de se apropriar, interagir e se integrar com o meio ambiente e, por conseguinte, com os animais, a Zooarqueologia tem como objetivo fundamental de estudo o resgate desses padrões de comportamento e adaptação cultural, através de exaustivas análises em restos de vertebrados e invertebrados provenientes de contextos arqueológicos (LIMA, 1989, p. 175).

Apesar disso, não trabalharemos com a análise diretamente do material arqueofaunístico, aproveitando assim dados produzidos em pesquisas anteriores das áreas já referidas e, nos debruçaremos também sobre a literatura Zooarqueologica para entendermos o contexto dos sítios arqueológicos em geral e assim compreendermos os hábitos alimentares dessa população.

Lima (1989), define o processo analítico desses materiais arqueofaunístico em três categorias, a partir do que foi proposto por McCormick, que são os eixos A B e C, que dizem:

- Eixo A: discutir os eventos naturais e culturais que ocorrem fora do sítio;
- Eixo B: discutir os mesmos eventos que ocorrem no sítio;
- Eixo C: refere-se à intervenção do arqueólogo no sítio e a sua interferência sobre os dados coletados.

A partir disso o eixo diz respeito a uma valorização do ambiente, levando em consideração, segundo Lima, que os fatores ambientais estão propensos a mudanças. O segundo ponto, ainda no eixo A, leva em consideração a captação de recursos alimentares, e como se dá a caça e o manejo desses animais. Dentro do eixo B os questionamentos são acerca dos animais depois de mortos, esse material podia ser descartado ou ser transformado em artefato como discute a autora, afirmando ainda que independente de qual fosse sua utilidade em algum momento seria descartado.

Para o eixo C é uma visão do pesquisador sobre esse material arqueofaunístico, sua interpretação a partir do que visto e analisado no sítio arqueológico, são questões a serem respondidas pós processo de campo, padrão de distribuição, identificação do material, contexto, estratigrafia da escavação e amostra arqueológica, são alguns dos tópicos citados pela autora

em seu esquema descrito no texto, e que são fundamentais se pensarmos que os três eixos estão interligados dentro da pesquisa.

Outro ponto que não podemos deixar de falar que faz parte da Zooarqueologia é sobre as questões tafonômicas, para isso temos o autor A. Sebastian Muñoz, em seu trabalho *La Tafonomía en las investigaciones arqueológicas*.

Puede decirse que la tafonomía concierne a los procesos de formación del registro arqueofaunístico. En consecuencia, la segunda definición que necesitamos conocer tiene que ver con lo que entede os por registro arqueofaunístico. El registro arqueofaunístico es um registro fóssil em um contexto arqueológico, es decir. Es un conjunto de fósiles (restos de organismos e sus trazas) em um espacio geográfico y un contexto geológico definidos (Lyman 1987:95): El arqueofaunístico es um segmento del registro arqueológico y por lo tanto comparte todas las características que definen al registro arqueológico. Los modelos e hipóteses tafonómicos son entonces necesarios, entre otras cosas. Para dar cuenta de la formación del registro arqueofaunístico (MUÑOZ; 2002; p.8).

Apesar de não usarmos nesse momento da tafonomia⁶ é importante dizer que ela faz parte do processo de análise dentro da Zooarqueologia e não tem como fazer uma interpretação sem que ambas sejam abordadas. A partir disso, nos debruçaremos sobre o que se tem discutido dentro do campo da Zooarqueologia.

Os autores Marta Moreno-Garcia, Simon Davis, Carlos M. Pimenta, em seu trabalho “Arqueozoologia: Estudio da Fauna no Passado”, discutem sobre as

⁶ Na paleontologia, o conceito de tafonomia foi definido inicialmente por Ivan Efremov, nos anos 1940, com intuito de entender os processos de fossilização em contextos paleontológicos (Efremov, 1940 citado em Haynes, 1997). A tafonomia pressupõe que os processos estudados sejam uniformes quando considerados os processos acontecendo na superfície do planeta Terra (de acordo com o conceito de ‘uniformitarismo’). Isto é, independentemente do tempo e do espaço, as leis naturais sendo constantes, o resultado de uma ação natural será sempre o mesmo (Bissaro Júnior, 2008, p. 14). Essa premissa é essencial para a idealização e a realização de experimentos nas disciplinas que estudam o comportamento de vestígios orgânicos e inorgânicos depositados no solo (paleontologia, arqueologia, antropologia forense, pedologia etc.). Tal princípio nos permite inferir sequências de eventos ocorridos no passado através de elementos que podem ser observados no presente (Martin, 1999). Mesmo se as sequências não puderem ser comprovadas, já que há impossibilidade de ver os eventos no passado, o uso da analogia e as pesquisas em ‘atualismo’ podem levar à dedução de alguns processos (Gifford-Gonzales, 1989). Ademais, como aponta Tappen (1994), o princípio do atualismo requer que questões ambientais sejam consideradas em todos os experimentos, visto que ambientes diferentes se comportam de maneiras distintas. Fonte: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/MMMJGc8vDY4zFHtHhjnXBzK/?format=pdf&lang=pt>.

diferentes abordagens e metodologias para se trabalhar com o material arqueofaunístico a partir das abordagens utilizadas no Laboratório de Zooarqueologia do IPA (Instituto Português de Arqueologia), em Portugal. Apesar de ser um trabalho em Portugal, é importante trazê-lo a discussão por que ele aborda uma das maneiras de se trabalhar com o material arqueofaunístico em laboratório.

No final do século XX, o Instituto Português de Arqueologia, no âmbito do seu programa CIPA, conseguiu reunir pela primeira vez em Portugal pessoal de investigação e técnico, disponibilizar o espaço e os equipamentos necessários para fomentar e impulsionar o estudo das Faunas dos contextos arqueológicos portugueses. O Laboratório de Arqueozootologia iniciou a sua atividade em 2 de novembro de 1999, com a incorporação de um dos seus investigadores (Marta Moreno-García) e completar-seia em 2 de janeiro de 2000, com a integração de outro investigador (Simon Davis) e de um técnico (Carlos Pimenta) (MORENO. GARCIA p.193)

Os autores abordam a relação da pesquisa e como funciona dentro do laboratório, em que área cada um atua, explicam como é o funcionamento de cada etapa dentro das pesquisas Zooarqueológica e a metodologia utilizada em cada uma. Como Zooarqueólogos, eles explicam a necessidade de serem contactados num primeiro momento, no início do campo, para que assim consigam guiar outros pesquisadores em relação ao tratamento que se dá com os materiais arqueofaunísticos.

A nossa atividade não deve estar limitada ao laboratório, fazendo a análise dos restos faunísticos recolhidos em diferentes locais, mas deverá começar no campo antes ou durante a sua recuperação. Seria importante que os arqueólogos interessados no estudo de materiais arqueozootológicos nos contactassem no início dos seus projectos, para que pudéssemos fornecer orientações relativas à recuperação, acondicionamento e conservação dos materiais osteológicos. Dado que cada jazida é única e irrepetível, na nossa perspectiva, aquelas visitas seriam essenciais para compreendermos as condições em que a escavação se desenvolve, identificando como arqueólogo a estratégia mais conveniente a seguir nos contextos em que a fauna pode aparecer ou ser recuperada (MORENO e GARCIA, p. 196).

Outros trabalhos se fazem importante, com o sentido de nortear as pesquisas já existentes para analisar os vestígios arqueofaunísticos dos sítios Culumins e Totoró, tornase também importante discorrer sobre a introdução de

animais domésticos, assim como, a produção de alimentos, transporte, as técnicas de abate e preparo de carne. Neste sentido, há importante contribuição no artigo *Brazilian Historical Zooarchaeology: A Summarized Iberian Contribution and a Case Study of Domesticated Bovine Cattle Introduced in Southern Region*, dos autores Alberico de Queiroz, Olivia Carvalho e Simone Santos (2020).

O objetivo dos autores foi analisar as amostras de arqueofauna recuperadas de alguns sítios arqueológicos associados a períodos desde a Colônia até épocas pós-coloniais, monárquico e republicano, já que o recorte cronológico recai sobre os séculos XVI ao XIX, passando também à períodos mais recentes (QUEIROZ; CARVALHO; SANTOS, 2020). Nesta pesquisa a interpretação foi obtida a partir do trabalho com materiais coletados em quatro sítios arqueológicos históricos que apresentaram evidências de animais domesticados, sendo que dois dos sítios utilizados ficam no estado do Sergipe, nos municípios de São Cristóvão e Laranjeiras, e estes tiveram suas faunas comparadas com outros dois sítios, um deles localizado no município de Pirenópolis-GO, na região Centro-Oeste do país, e o último sítio analisado, localiza-se em Pelotas-RS.

De acordo com os autores a literatura arqueológica brasileira discute pouco sobre o tema, mas que apesar disto, a domesticação animal pode ser considerada um marco no que tange às mudanças das práticas alimentares. A partir desta premissa e no que tange aos sítios localizados no Nordeste do Brasil, particularmente os observados no estado de Sergipe, é possível analisar que

In these archaeological regions, most records concern occurrence of domesticated animals commonly found in historical sites in the country, mainly for subsistence, such as cattle, swine, caprine, ovine). Some native faunal vestiges would be also recorded, mixed with the domesticated breed remains. In this case it might indicates intrusion of these animals by natural predators or even a possible hunting activity. (QUEIROZ; CARVALHO; SANTOS, 2020: 10).

No caso do sítio arqueológico localizado no município de São Cristóvão, as informações provenientes da escavação são de que os materiais ósseos encontrados têm indícios de abate, visto as marcas de corte identificadas, e também, os autores destacaram que na “Rua Pai Thomé”, foram coletados alguns ossos metacarpais com marcas de talhe (percussão e serragem cruzada

nas diáfises) (COSTA, 2013 *apud* QUEIROZ; CARVALHO; SANTOS, 2020). Já no caso do sítio arqueológico histórico no município Laranjeiras, o material ósseo encontrando apresentou marcas de serra assemelham-se a características de prática de açougue (QUEIROZ; CARVALHO; SANTOS, 2020).

No que diz respeito ao sítio arqueológico na região Centro-Oeste, município de Pirenópolis-GO, os vestígios arqueofaunísticos foram provenientes das senzalas, *“bones came from the slave quarters excavated (metapodials and tibias), with in the center piece a longitudinal break in the shaft to remove the marrow and cross breaks in the diaphyseal region in left and right pieces”* (SOUZA, 2011; ALVES e RENNE, 2012 *apud* QUEIROZ; CARVALHO; SANTOS, 2020: 11).

Os autores nos dizem que a maior variabilidade de material arqueofaunístico foi identificada no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, Pelotas/RS, e foi abordado no trabalho de Chimene Nobre (2011),

Bony elements of 10 vertebrates taxa, among which: rodents, turtles, fishes, and some species: *Bos taurus* (Linnaeus, 1758) (cattle), *Equus caballus* (Linnaeus, 1758) (horse), *Sus scrofa* (Linnaeus, 1758) (pig), *Canis lupus familiaris* (Linnaeus, 1758) (domestic dog), *Felis domestica*, not valid name by the International Code of Zoological Nomenclature (current standing *Felis catus*, Linnaeus, 1758) (domestic cat), *Gallus gallus* (Linnaeus, 1758) (current known as *Gallus gallus domesticus*, Linnaeus, 1758) (domestic chicken/cock), and *Anas platyrhynchos* (current standing *Anas platyrhynchos domesticus*, Linnaeus, 1758) (Linnaeus, 1758) (domestic duck, also known “mallard”), an introduced specie in Brazil (Long 1981). Nobre (2004) also mentions in the archaeological area the occurrence of fewer invertebrates, such as the *Crassostrea rhizophorae* (Guilding, 1828) (mangrove cupped oyster). According to the author, quantitatively, *Bos taurus* and *Sus scrofa* remains were the most recurrent compared to other faunal groups mentioned in the published references. (QUEIROZ; CARVALHO; SANTOS, 2020: 12).

O que podemos observar é que fica evidente a predominância da domesticação de alguns animais e que isso teve efeito, entre outros, na economia, alimentação e transporte. Ou seja, a partir dos estudos dos materiais faunísticos de sítios arqueológicos históricos contribui-se para o conhecimento das relações homem-animais e, especialmente, para os processos culturais e sociais durante o período colonial até o republicano.

Os autores Laura Bastourre e Eduardo Apolinarie fazem uma investigação a partir dos materiais arqueofaunísticos localizados no sitio, Launa Del Negro, região entre rios do Nordeste da Argentina, onde utiliza de análises taxonômicas, anatômicas e tafonômicas envolvidas na formação de conjuntos ósseos, a fim de caracterizar as diversidades de dois recursos faunísticos explorados, como também analisar as práticas relacionadas ao seu aspecto e discutir os processos tafonômicos envolvidos na formação do conjunto de ossos.

En este trabajo se presenta el análisis de los materiales arqueofaunísticos recuperados durante estos trabajos de campo, con el objetivo de caracterizar la diversidad de recursos faunísticos que fueron aprovechados en el sitio y comenzar a analizar las prácticas vinculadas con su procesamiento. Asimismo, se busca aportar al conocimiento de los procesos tafonómicos involucrados en la formación de los conjuntos óseos ubicados en las fajas aluviales de las llanuras interiores entrerrianas (BASTOURRE; APOLINARIE, 2017: 454).

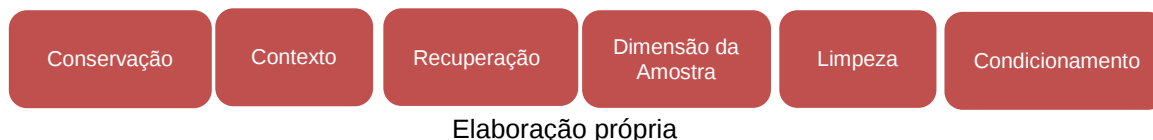
O que difere esse estudo do que foi analisado pelos autores Alberico Queiroz e Olivia Carvalho (2008), é que no caso dos sítios arqueológicos discutidos por esses últimos há correspondência com contextos formativos ligados a abrigos rochosos, e os três sítios são localizados no Brasil, já o sítio arqueológico cujos materiais arqueofaunísticos foi abordado por Bastourre e Apolinarie (2017), têm-se sítios implantados em uma região entre rios, sendo caracterizados como locais de acampamento, sendo que naquilo que qualifica o material ósseo encontrado, nenhum dos sítios apresentou restos arqueofaunísticos associáveis a animais de grande porte, que implicassem, por exemplo, na inferência de práticas de caça diferenciadas, bem como, em uma economia associada ao uso desta fauna em situações como, por exemplo, divisão do alimento, utilização em moradias ou trançados. É importante que os trabalhos sejam discutidos como sendo maneiras distintas de se trabalhar com a Zooarqueologia, pensando no seu contexto e nas diferentes formas de análise.

O papel do Zooarqueólogo assim não se aplica apenas na análise do material em laboratório, sendo importante sua participação e relação com o material desde o primeiro momento, ainda nas escavações, que como explicou os autores, é importante pois é a partir desse primeiro contato que se podem estabelecer padrões acerca da salvaguarda do material e poder preservá-lo ao

máximo, visto que o material arqueofaunístico é por vezes muito frágil e sujeito a ações erosivas que comprometem a sua análise.

Os autores elaboraram um esquema que ajuda no entendimento desse material, chamado de Aspectos Limitantes, dentro dele tem também:

Figura 9 – Aspectos para gerais para trabalho com material arqueofaunístico



O primeiro diz respeito a conservação do material, a forma como os restos arqueofaunístico são encontrados, por vezes afetados devido ao estado do solo. Os autores adicionam que os ossos e dentes não se conservam em todos os depósitos arqueológicos, uma vez que dependem das condições sedimentares que os integram (LYMAN, 1994; FISHER, 1995). Além disso, um grau de conservação ruim também resultará no desaparecimento de eventuais marcas de origem antrópica, e a impossibilidade de registrar dados osteométricos, importantes para caracterizar respectivamente métodos de descarte e variações morfológicas ocorridas nas populações animais ao longo do tempo.

Em relação ao contexto, os autores abordam que é muito difícil definir a cronologia a partir do material ósseo, diferente do que acontece com a cerâmica. Ainda apresentam como exemplo os ossos de cabra, que tanto na idade média ou idade do bronze, os ossos são iguais.

Portanto, o seu valor e potencial dependem em grande medida da sua proveniência e contexto. Consequentemente, as amostras devem ser recolhidas de unidades estratigráficas que possam ser datadas, de contextos estratificados, sem materiais residuais ou revolidos, que sejam arqueologicamente compreensíveis e susceptíveis de serem relacionados com outros contextos da mesma jazida (Gamble, 1978; Meadow, 1980). Depósitos, camadas ou unidades com estratigrafia duvidosa não devem ser considerados (MORENO; GARCIA p.199).

O processo de recuperação ocorre, sempre que possível, manualmente, como o restante do espólio arqueológico. Outra questão é que há matérias arqueofaunístico muito pequenos, como dentes e os pequenos ossos dos

membros (carpais, tarsais e falanges) dos mamíferos de média ou pequena dimensão que são de difícil recuperação, devido ao seu tamanho e fragilidade, precisando levar em consideração o meio em que foi encontrado. Para garantir que não sejam ignorados os elementos anatômicos de menor dimensão e os grupos de pequenos vertebrados, deve efetuar-se uma crivagem dos sedimentos que potencialmente os integrem, com peneiras de malhas com pequenas dimensões (MORENO & GARCIA, 2002).

Uma discussão levantada pelos autores é da dimensão da amostra, cada amostra trará um resultado diferente.

Enquanto uma amostragem que contenha centenas, permitirá conhecer as proporções relativas em que aquelas foram exploradas (Moreno-García & Davis, 2001). Conjuntos compostos por milhares de restos podem proporcionar informações intraespecíficas relativas a estratégias socioeconômicas e culturais desenvolvidas naquele local (i.e., Alcáçova de Santarém; Davis, em preparação). Quanto maiores forem as amostras, mais representativas serão dos restos originalmente depositados, permitindo retirar mais informações sobre o papel da fauna naquele contexto (MORENO & GARCIA, 2002).

Os autores salientam que o acondicionamento desse material arqueofaunístico vai ser necessariamente afetado e seus modelos de armazenamento possuem limitações. Com isso, eles apontam que a forma que esse material é armazenado após a escavação afeta no quesito de obtenção de dados, por ser um material mais frágil, todo cuidado é pouco, justamente porque não tem como trabalhar com fragmentos faunísticos muito pequenos, havendo o risco assim de perder as informações do material.

Identificados em contexto colonial ou pré-colonial, os restos faunísticos cumprem um papel dentro da identidade desses espaços arqueológicos, por permitir a possibilidade de trabalhar com o material arqueofaunístico e compreender os aspectos culturais da alimentação. Inseridos em uma discussão que vai ocorrer com maior abertura após o Pós-Processualismo dos anos, sobretudo 1980 a Zooarqueologia começa a fazer parte de um novo momento da Arqueologia, em que novas discussões acerca do fazer arqueológico estão ganhando espaço. A Zooarqueologia teve influência principalmente de pesquisadores estrangeiros, e as pesquisas iniciais eram feitas nas zonas

litorâneas, os sítios costeiros apresentavam uma grande quantidade de material ósseo as pesquisas tinham como objetivo entender melhor os aspectos da ocupação de um ponto de vista alimentar e ficavam a cargo dos pesquisadores brasileiros e franceses.

Fazendo uma junção da história natural e das ciências sociais o zooarqueólogos que viveram durante o século XVIII tinham como objetivo inicial entender os contextos e relações zoogeográficas, a evolução ambiental, bem como a influência do homem sobre a paisagem do ponto de vista dos animais. Atualmente os profissionais da Zooarqueologia Moderna vêm demonstrando interesses antropológicos em temas como a alimentação, utilização dos recursos, economias, padrões residenciais, rituais, identidade social e outros aspectos da vida humana envolvendo animais ou partes de animais (Nobre, 2011).

Com a Zooarqueologia se consegue explorar além dos restos arqueofaunísticos como por exemplo, pode-se discutir os aspectos relacionadas extinções e mudanças nas distribuições zoogeográficas, além de características morfológicas, estrutura populacional, a história da domesticação, as condições paleoambientais e relações ecológicas da fauna existente, usando subfósseis para oferecer uma perspectiva histórica

Desde a Pré-História o homem tem deixado registros relativos à sua convivência com os animais tanto em gravuras rupestres que datam até 35.000 anos antes do presente como em zoólitos. Os testemunhos dessa convivência e consumo desses animais representados nos registros rupestres podem ser encontrados nos fósseis de megafauna e de outros animais em todo o seu decurso na linha do tempo (veado, tatu, capivara, boi, ovelha, cavalo, entre outros (NOBRE, 2011. p; 45)

A Zooarqueologia se caracteriza pelo estudo da relação entre os animais, o homem e o ambiente, sendo assim a partir de 1500 quando os europeus entram em contato inicialmente com os grupos indígenas que habitavam o litoral brasileiro a dinâmica, costumes, modo de vida, passa a ser influenciado por esses fatores externos, justamente pois com a vinda dos colonos, veio também sua cultura, costumes, hábitos alimentares e modo de vida, bem como a inserção de novas espécies animais e vegetais. Nobre (2011) nos diz que é após este contato que será estabelecida uma diferença no modo de vida da zona rural e

urbana. Neste contexto arqueológico podem ser encontradas espécies de animais domésticos ou silvestres, provenientes da caça, pesca, domesticação ou simples compra em um estabelecimento comercial. Sendo que os hábitos alimentares de uma habitação urbana são diferentes dos de uma habitação rural (NOBRE, 2011).

Será na década de 80 a partir das pesquisas de Andrew Sherrart sobre a domesticação animal na Europa que passa a ter outra visão sobre os estudos zooarqueológicos.

Em oposição ao que ocorria nos primeiros anos da disciplina, em que as problemáticas eram vinculadas, majoritariamente, à subsistência, abordagens que visavam considerar o espectro do comportamento humano simbólico, passam a ter um peso de maior relevância dentro das novas pesquisas. Deste modo, assim como eram considerados os processos tafonômicos para compreensão da origem de uma coleção zooarqueológica, todos os outros fatores também deveriam ser ponderados (RUSSELL, 2012).

Com isso, os debates relacionados a Zooarqueologia se ampliam e agora começam as pesquisas sobre os processos de domesticação, pastoreio, urbanismo, agricultura e o papel simbólico dos animais. Outra mudança surge da necessidade de entender a relação do homem com a caça, e quando teria sido iniciada, isso ocorre no final dos anos 90. Com essa descoberta, humanos passam a ser considerados também coletores de carniça, redirecionando o foco dos estudos em caça e subsistência, abrindo espaço para outros temas (REITZ e WING, 2008 e RUSSEL, 2012)

Entendo que a Zooarqueologia, se alia também a outras disciplinas podemos discutir sobre a influência transversal de diferentes ciências como a Arqueologia, História, Literatura, entre outras, possibilitam o desenvolvimento de debates teóricos que enriquecem o discurso arqueológico em seu conjunto (JOHNSON, 2000, p.200). Para Johnson e para o pós-processualíssimo o que importava era o contexto a cultura não estava somente no campo das ideias como no processualismo e o resultado nem sempre seria o mesmo, pois a à subjetividade do indivíduo, pensando que cada pesquisador ao analisar um sítio arqueológico pode ter um olhar diferente de outro pesquisador, e assim chegar

a outra conclusão o que seria inaceitável no processualismo que buscava justamente um comportamento regular e respostas objetivas e gerais.

Pós processualíssimo é uma corrente teórica que surgiu no final dos anos 70 tendo como objetivo quebrar alguns estigmas acerca das tradições, dentro do histórico culturalismo e da ideia de sistemas, com isso se populariza questões mais voltadas a identidade, gênero, sociedade, aspectos que com o processualismo não era bem-visto. Além disso foi fundamental a participação de alguns teóricos.

Hodder (2012) percebeu durante suas pesquisa que para entender a estratigrafia de um sítio arqueológico era necessário entender o comportamento humano e suas crenças, pois as culturas não podiam ser interpretadas somente em relação a adaptação ao meio, necessitaria de existir uma visão geral do mundo que os rodeava, portanto a cultura material não era somente um reflexo de uma série de regras e deveria ser vista como possuidora de significado, isto quer dizer que os objetos são mais do que criações para suprir as necessidades e com isso deveriam ser procurados os seus significados por trás da sua fabricação e usabilidade.

É importante um olhar pós-processual ao trabalhar com o material arqueofaunístico dos sítios pois tem como objetivo discutir sobre os fatores sociais e culturais desses indivíduos não será somente um olhar sobre a cultura material procurando por respostas, e sim uma tentativa de conhecer os hábitos alimentares, culturais e sociais da população sertaneja, tendo como base a Zooarqueologia a ciência que estuda esses materiais. É importante salientar que a análise do material arqueofaunístico não é a única opção para se trabalhar, a partir das discussões e das informações do Sítio Culamins, assim como do material arqueofaunístico, conseguiremos compreender a alimentação dessa população sertaneja.

As pesquisas relacionadas a Zooarqueologia no Nordeste puderam nos ajudar a elucidar as questões relacionadas a alimentação, além de entender a relação dos animais com a humanidade, um artigo do autor Alberico Nogueira de Queiroz (2020), fala justamente sobre um sítio arqueológico localizado no Rio Grande do Norte, *Fauna de Vertebrados do Sítio Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN Uma abordagem Zooarqueologica e Tafonômica*.

Trata-se de um trabalho que analisa os materiais faunísticos encontrados durante as escavações dos sepultamentos, para isso o autor separa esse material.

Normalmente utilizamos na quantificação do material zooarqueológico o número total de restos (NR), o número mínimo de indivíduos (NMI), que deriva do anterior, e o peso dos restos (PR), para termos uma ideia do espectro faunístico dos demais representados, da estimativa de massa disponível para o consumo, bem como da frequência dos vários tipos de modificações presentes nos ossos. No caso do sítio Pedra do Alexandre, adotamos como parâmetros quantitativos o NR e os NMI para cada grupo animal encontrado (QUEIROZ, 2020; p, 271).

A partir disso o autor analisa as questões tafonômicas relacionadas ao material e essa análise nos ajuda a compreender os aspectos ligados a arqueofauna dos sítios aqui estudados, vistos que na pesquisa do autor ele trabalha com um sítio na região Seridó que se localiza perto dos demais sítios aqui discutidos. Sobre a tafonomia, Queiroz aborda que

No Brasil, ainda pouco se adota uma abordagem tafonômica ao material faunístico proveniente de contextos arqueológicos, principalmente pelo desconhecimento de que o estado de conservação, os tipos de fraturas e as marcas existentes nos ossos podem ajudar a elucidar problemas sobre a origem dos vestígios, antrópica ou natural. Nem sempre todos os restos animais presentes em um sítio arqueológico foram obra de atividades humanas; animais intrusivos, fossoriais e mesmo predadores não humanos (carnívoros, aves de rapina) podem utilizar posteriormente um sítio arqueológico como local de suas atividades, e, então, deixar os restos de suas presas, os quais podem ser confundidos com vestígios procedentes dos tipos de fratura e das principais marcas encontradas no conjunto do material arqueofaunístico, através de observações em estereomicroscópio, utilizando como referências os trabalhos de Miller (1975), Behresmeyer (1978), Kort (1979), Shipman e Rose (1983,1984), Denys (1985 1987), Andrews et al. (1983), Bromage (1984), Jonhson (1985). (QUEIROZ, 2020; p. 273).

A pesquisa do autor corrobora para entender quais animais tiveram presentes na região e os motivos pelos quais apareceram durante as escavações. O autor aborda que a maior parte dos vestígios encontrados são de animais de pequeno porte e que são provenientes da região nordeste e que os animais maiores não estão representados, possivelmente por apresentarem um significado diferente para os indivíduos que ocupavam a localidade, uma vez que

eles estão presentes em figuras zoomorfas e alguns poucos ossos trabalhados se encontravam associados a enterros humanos (MARTIN, 1995/1996).

5 PERCURSO METODOLÓGICO

O Método científico é um processo de pesquisa que é provocado por um problema que seguirá uma sequência de etapas para solucionar. Com base em Lakatos e Marconi (2003) ele consiste em uma maneira ou podemos dizer um conjunto de regras básicas que são empregadas em uma investigação científica e que buscam obter, sempre que possível, resultados mais confiáveis. Construído a partir da discussão de um problema. Com base em Minayo (2012, p.622), “fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente”.

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, quando o pesquisador explica o porquê das coisas, estando mais concentrado na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e/o meio. A pesquisa aqui proposta consiste em uma pesquisa bibliográfica, que em geral deve ser o ponto de partida de qualquer processo investigativo científico.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica, com base nos apontamentos de Carlos Gil (2002, p.44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”, sendo acrescentada por Severino (2007) que diz que este tipo de pesquisa é aquele em que o pesquisador irá trabalhar a partir da contribuição de outros autores em seus estudos analíticos publicados.

A pesquisa irá então se concentrar no estudo da teoria que já foi publicada, sendo necessário assim estabelecer a primeira etapa na busca por referências que sejam coerentes e que corroborem com os elementos apontados, e, no caso desta pesquisa, o material Zooarqueológico dos dois sítios arqueológicos serão utilizados como elementos comparativos para contrastar os dados levantados na pesquisa sobre o gado e seu emprego nas casas de fazenda, e as evidências zooarqueológicas.

5.1 SELEÇÃO DE REFERÊNCIAS

Entendo que as discussões acerca da Zooarqueologia remetem em grande parte aos trabalhos pré-históricos, como é o caso dos sambaquis, que são sítios arqueológicos a céu aberto, como também trabalhos relacionados a domesticação animal, aqui trouxe alguns deles. A um grande buraco, quando nas pesquisas vemos poucos trabalhos que relacionem a Zooarqueologia com a Arqueologia Histórica, o trabalho da Chimene se torna um dos poucos dentre eles. A partir disso e entendendo a necessidade de encontrar trabalhos que relacionassem a alimentação, e o material arqueofaunístico dentro da Zooarqueologia histórica, foi feita uma busca, a partir do *google acadêmico* e dos repositórios de algumas universidades, a busca consistiu em universidades públicas e que são conhecidas no âmbito nacional, esse filtro foi feito sabendo que não teríamos condições de buscar no repositório de todas as universidades públicas e privadas do Brasil. Vide o exemplo na pesquisa abaixo, nos repositórios das universidades.

Foi feita uma busca no repositório das instituições, universidades públicas federais, como do Nordeste, UFRN, UFS, UFC UFPE, UFPB, UFPI, UFMA, UFRB e UFAL; no Norte a UFPA, UFAM, centro-oeste UFG e UFMT, Sudeste UFMG. USP e UFRJ, e Sul, UFRS, UFPR, UFSC e UFPEL foram utilizados algumas palavras chaves para conseguir filtrar os trabalhos nessas bases de dados, como por exemplo, “*arqueologia da alimentação, história da alimentação, zooarqueologia histórica*” foi utilizado esses mecanismos de pesquisa como uma forma de filtrar os trabalhos relacionados a Zooarqueologia histórica, de alguma

forma, e assim compreender em quais locais conseguimos trabalhos que estejam mais perto da Zooarqueologia histórica ou não.

Tabela 1 - pesquisa feita nos repositórios universitários; elaboração própria

1	Resultado da Pesquisa nos Repositórios Acadêmicos		
2	UNIVERSIDADE	PALAVRA CHAVE	QUANTIDADE DE ARTIGOS ENCONTRADOS
3	UFRN	História da alimentação	1297
4		Arqueologia da alimentação	172
5		Alimentação	1339
6	UFPE	Zooarqueologia	21
7		Arqueologia da alimentação	933
8		Zooarqueologia Histórica	21
9	UFPI	Arqueologia da alimentação	57
10		Zooarqueologia	0
11		Zooarqueologia Histórica	0
12	UFMA	Zooarqueologia	0
13		Zooarqueologia Histórica	0
14		Arqueologia da alimentação	372
15	UFS	Zooarqueologia	53
16		Zooarqueologia Histórica	48
17		Arqueologia da alimentação	542
18	UFRB	Zooarqueologia	0
19		Zooarqueologia Historica	0
20		Arqueologia da alimentação	0
21	UFAL	Zooarqueologia	0
22		Zooarqueologia Histórica	0
23		Arqueologia da alimentação	0
24	UFAM	Zooarqueologia	0
25		Arqueologia da alimentação	92
26		Zooarqueologia histórica	0
27	UFPA	Zooarqueologia	0
28		Zooarqueologia Historica	1
29		Arqueologia da alimentação	312
30	UFMT	Zooarqueologia	0
31		Zooarqueologia Historica	1
32		Arqueologia da Alimentação	0
33	UFG	Zooarqueologia	0
34		Zooarqueologia Histórica	0
35		Arqueologia da alimentação	0
36	UFMG	Zooarqueologia	4
37		Zoorqueologia Historica	4
38		Arqueologia da alimentação	647
39	UFRJ	Zooarqueologia	0
40		Zooarqueologia Histórica	0
41		Arqueologia da alimentação	2178
42	USP	Zooarqueologia	39
43		Zooarqueologia Historica	9
44		Arqueologia da alimentação	7
45	UFRGS	Zooarqueologia	20
46		Zooarqueologia Histórica	13
47		Arqueologia da alimentação	1768
48	UFPEL	Zooarqueologia	22
49		Zooarqueologia Histórica	21
50		Arqueologia da Alimentação	450
51	UFPR	Zooarqueologia	3
52		Zooarqueologia Historica	2
53		Arqueologia da Alimentação	359
54	UFSC	Zooarquologia	7
55		Zooarquologia Historica	2
56		Arqueologis da Alimentação	438
57	UFES	Zooarqueologia	1
58		Zooarqueologia Historica	0
59		Arqueologia da alimentação	1

Nesse caso, analisamos todas as palavras chaves dentro dos repositórios acadêmicos, pensando apenas, nesse primeiro momento, em encontrar trabalhos relacionados a Zooarqueologia histórica, não deixando de dar ênfase em outros trabalhos que fizeram parte da pesquisa, mesmo que não tivesse relação direta com a Zooarqueologia, trabalharam a alimentação ou o gado, de alguma forma, a seguir a tabela com autor e título das obras encontradas e que discutiremos mais na frente.

Tabela 2 Relação de autores e obras encontrados nos repositórios e pertinente para a pesquisa. Elaboração própria

AUTOR e ANO	TÍTULO
Ana Joaquina da Cruz Oliveira (2018)	A Comida está servida! Um estudo das práticas alimentares na fazenda prazeres, Bertolinia – PI
Elaine de Alencastro (2014)	Necessidade e preferências nos séculos XVIII e XIX
Chimene Khun Nobre (2011)	Ar Livre e Carne em Abundancia um Estudo Histórico-Cultural do Gaúcho e sua Alimentação no Século XIX
Nathália Maria Montenegro Diniz (2008)	Velhas fazendas da Ribeira do Seridó
Elenize Trindade Pereira (2018)	DE CAPITANIA DONATÁRIA À CAPITANIA RÉGIA: O SENHORIO DE JOÃO DE BARROS NA "TERRA DOS POTIGUARA" - SÉCULO XVI
Hozana Danize Lopes de Souza (2018)	SÍTIO CULUMINS: UM OLHAR SOBRE O SERTÃO DO SERIDÓ, SÉCULOS XVIII E XIX

Se compararmos as duas tabelas podemos observar que o resultado em números é muito maior do que os trabalhos encontrados, isso acontece por que quando fazemos a pesquisa nos repositórios ele acaba dando um resultado geral, então ocorre de contabilizar trabalhos de outras áreas, e também deixa de fora outros trabalhos, justamente alguns desses que estão na tabela 2, já estão sendo utilizados e referenciados no trabalho, mas durante a busca nos repositórios, não encontramos eles.

5.2 RECORTE DE MATERIAL COMPARATIVO

O material ósseo proveniente dos sítios, foram escavados em dois momentos, primeiro em 2016, no Sítio Culumins, a escavação foi feita aos arredores dos sítios, não tenho muitas informações pois nesse ano ainda não estava na universidade, a segunda etapa de escavação no sitio Culumins ocorreu em 2019, sendo escavado nos fundos do sítio em local que fazia

referência ao quintal, em ambas as escavações foram feitos o resgate de diversos materiais, louça, cerâmica, vidro, metal e material ósseo, essa segunda etapa de escavação foi para ajudar a colega de laboratório em sua pesquisa do mestrado, Hozana Lopes, ao qual rendeu o trabalho que usamos como referência aqui, Dissertação, Sítio Culamins: um olhar sobre o sertão do Seridó, séculos XVIII e XIX, 2021. A escavação no sítio Totoró ocorreu em 2017, pelo que me lembro não tinham mais as estruturas da fazenda, apenas algum alicerce, no local tinha uma espécie de marco, como forma de designar o início da cidade a fazenda, ocorreu que nesse sítio também encontramos materiais cerâmicos, louças, vidros, ossos e metal, ambas as escavações foram frutos de uma disciplina na graduação, correspondendo a um campo acadêmico.

Conforme descrito, foram utilizados os materiais zooarqueológicos identificados nos sítios Calumins e Totoró. No total foram catalogadas 1.224 peças que foram coletadas durante as escavações do sítio arqueológico Culamins, uma fazenda cuja ocupação histórica remonta ao século XIX, estendendo-se até o século XX, e que está atualmente no território do município de Caicó/RN. O sítio Totoró, outro assentamento histórico, que está localizado no hoje município de Currais Novos e cuja ocupação histórica está localizada no século XVIII. A figura 9 apresenta as ruínas do sítio Culamins, enquanto na imagem 10 é possível observar a área de escavação realizada pelo projeto, com evidência de remanescentes ósseos zooarqueológicos. Na figura 11, o mapa apresentado mostra a inserção geográfica das fazendas, bem como é possível observar a distância entre elas, sendo ainda ilustradas outras fazendas.

Figura 10 – Ruínas que apresentam as estruturas do sítio Culamins



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia do Seridó (LAS-CERES/UFRN)

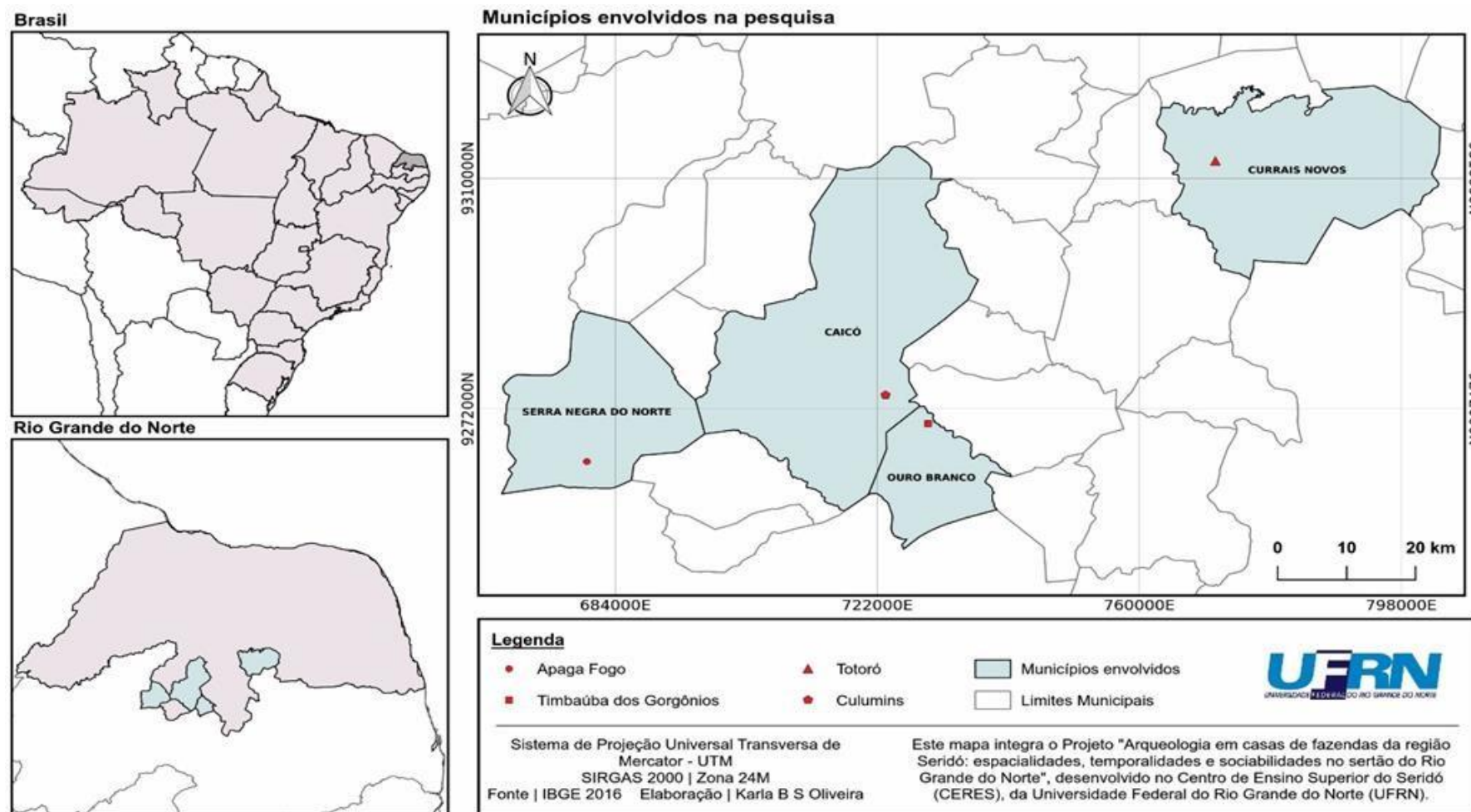
O uso de imagens resultantes da escavação, como a apresentada a seguir, ajudam a entender a forma que este material se apresentava nos sítios.

Figura 11 - Área de escavação do Sítio Culumins e detalhe da quadrícula D4, com a evidência de fragmentos de cerâmica, faiança e ossos



Fonte: (SILVA; SOUZA; BATISTA, 2020: 242)

Figura 12 Mapa com a localização de fazendas do sítio Culumins e Totoró



Fonte: (SILVA; SOUZA; BATISTA, 2020: 243).

6 RESULTADOS

O conhecimento sobre os hábitos alimentares no sertão do Seridó no período que abarca o recorte cronológico desta pesquisa, torna necessária a análise tanto as fontes documentais no que diz respeito aos inventários das casas de fazenda, quanto as fontes materiais, aliadas a revisão da literatura, para assim estabelecer os padrões alimentares e culturais dessa população. É importante levar em consideração que os materiais dificilmente são encontrados completos, o que temos são apenas fragmentos ósseos e cerâmicos, e por isso, principalmente os ossos são muito frágeis.

Mesmo não sendo o objetivo da pesquisa, é importante fazer a relação entre o Nordeste e a domesticação dos animais que habitavam a região, primeiro precisamos saber que a inserção do gado na América deu início nos primeiros 100 anos da colonização. O gado sul-americano originou-se a partir de duas correntes colonizadoras: o desembarcado no Caribe e o desembarcado no litoral brasileiro (OLIVEIRA, 2008).

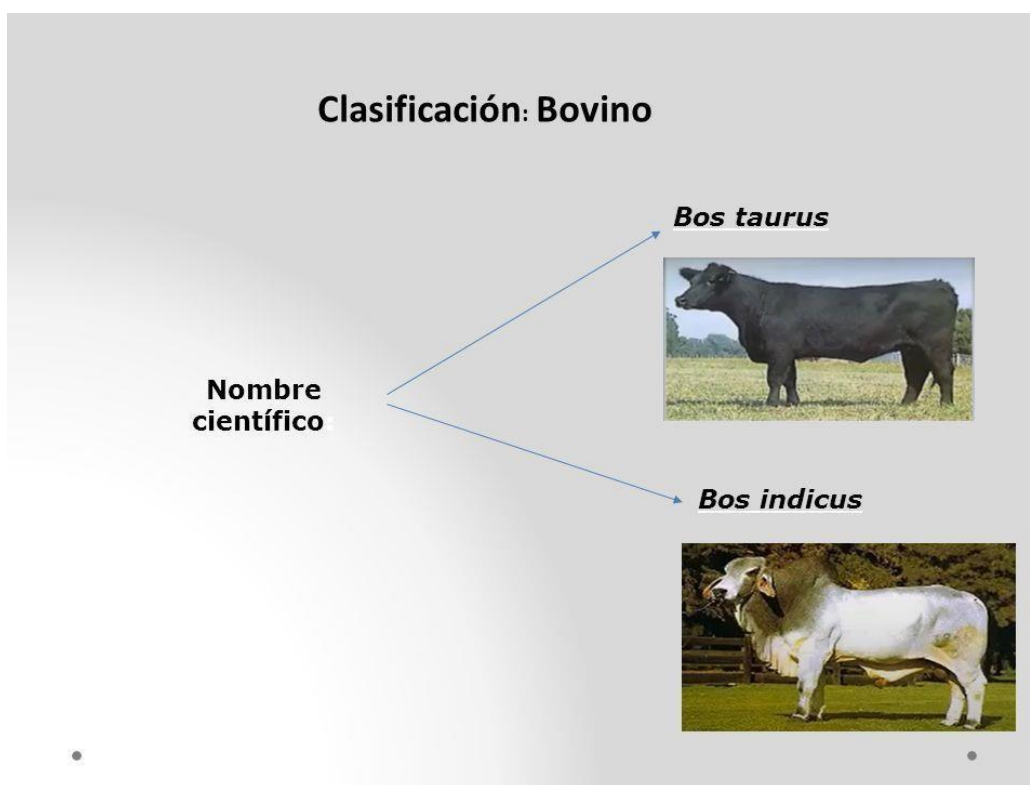
É a partir dessas populações originais que formará as raças nativas da América do Sul chamadas de raças crioulas, que passam por um processo de seleção natural por cerca de 400 anos, em pequenas populações e numa grande variedade de ambientes, desde as montanhas andinas a ambientes tropicais úmidos – muitos ambientes totalmente adversos – o que levou a uma ampla diversidade de raças ajustadas a diferentes nichos ecológicos (OLIVEIRA, 2008).

No Brasil, o gado passa a ser introduzido a partir da colonização portuguesa no século XVI. Silva (et. al, 2012) aponta que os primeiros bovinos chegaram ao país, em conjunto com outros animais domésticos, apenas em 1533, na expedição de Martin Afonso de Souza, que foi o resultado da fundação da primeira capitania portuguesa na Ilha de São Vicente. Os autores acrescentam ainda que no final do XVI, já havia abundância de bovinos no litoral brasileiro e em todas as capitanias portuguesas.

O gado bovino português foi introduzido em três épocas e locais diferentes (CAMARGO, 1986, apud MIRETTI, 2002): Recife – 1534-1554, São Vicente – 1533-1538 e Salvador em 1550 (GIBERTI, 1974, apud MIRETTI, 2002). Esses lugares que passam a importar o gado detêm toda autonomia deles em relação

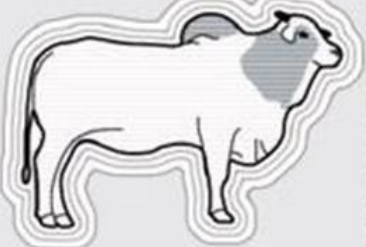
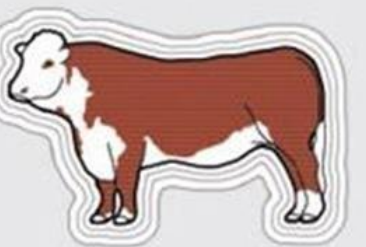
ao pastoreio. A maioria do gado que chegava era gado europeu (*Boas taurus*), embora já houvesse mestiços de gado zebu (*Bos indicus*) (SILVA, et. al., 2012).

No século XVII, iniciou-se o povoamento do sertão do Rio Grande do Norte. Lentamente os sesmeiros fixaram-se no Seridó, trouxeram sua família, obtiveram licença episcopal para ereção de capela e conquistaram um capelão. Na segunda metade do século XVII, o sertão norte-rio-grandense estava pontilhado de currais de gado, que tomaram o que antes era lugar dos índios. Inúmeros pátios de fazenda onde o vaqueiro aboiava são hoje praças centrais de cidades sertanejas; quase todas as sedes municipais no interior do território potiguar foram antigas fazendas de gado. Até meados do século XIX o Estado era o principal fornecedor de gado de tração e corte para a Paraíba e Pernambuco. Por ter sido uma região bastante desenvolvida do estado do Rio Grande do Norte, por volta dos séculos XVIII e XIX, foi produzido no Seridó um acervo significativo de edificações. As regiões do semi-árido nordestino têm particularidades muito especiais no que diz respeito à sua história, cultura e população (DINIZ, 2008; p. 50) **Figura 13 -Classificação de espécie bovino.**



Fonte: google imagens

Figura 14 - Imagem comparativa entre as duas raças de Boi

Quadro comparativo <i>As diferenças entre as raças zebuínas e taurinas são mínimas. Abaixo, relacionamos algumas das características de cada uma</i>		
Zebu (<i>Bos indicus</i>)	X	Taurinos (<i>Bos taurus</i>)
		
Índia	Origem	Europa
Nelore, gir, guzerá, indubrasil, brahman, tabapuã etc	Raças	Hereford, angus, holandesa, jersey, limousin, charolesa etc
Rusticidade, resistência a carrapatos e melhor adaptação ao clima e ambiente brasileiros	Vantagens	Carne geralmente mais macia e saborosa devido ao marmoreio (gordura entremeada)
A carne é menos macia (menor marmoreio), mas a genética vem revertendo esse quadro	Desvantagens	Raças de clima temperado não toleram o clima tropical e tem pouca resistência a carrapatos

Fonte: Google imagens.

Como fica claro na imagem, o *Bos indicus* por representar características melhores de adaptação a região sertaneja, acaba sendo predominante na região nordeste, tendo em vista o clima, enquanto o *Bos taurus* de acordo com Nobre (2011) teve uma maior adaptabilidade na região sul. Esse gado que chega na região Nordeste, é o gado que desembarca inicialmente em São Vicente, percorre um caminho até Goiás e de lá parte para o Vale do São Francisco chegando ao Piauí e Ceará. A coroa portuguesa estimulava, na metade do século XVI, a exportação de gado para o Brasil. Por outro lado, os bovinos que chegaram aos portos da Bahia emigraram para o sertão nordestino, norte de Minas e oeste da Bahia. Partindo do que foi discutido por Diniz (2008), em princípios do século XVIII, o número de cabeças de gado já chegava a mais de um milhão. E com isso os mais diversos homens se mudavam para os interiores com suas famílias para as fazendas, dando início a condições de vida melhores e dando origem ao ciclo econômico pastoril, classificado como civilização do couro Diniz (2008).

As raças importadas ibéricas difundiram-se, fixaram-se em zonas distintas e deram início ao povoamento dos campos naturais do Brasil (OLIVEIRA, 2008). É claro que esse gado que veio de fora ao longo dos anos irá se adaptar ao seu local, o clima tropical, e o ambiente particular de cada região. Ainda com base nos apontamentos de Silva (et. Al, 2012),

Entre os séculos XVII e XVIII, a introdução e disseminação de gado eram correlatas ao crescente populacional humano e à busca por áreas de mineração. [...] a atividade pecuária só teria maior parte nesse fenômeno com o colapso da indústria mineradora” (SILVA, et. al., 2012, p.36).

A tendência desta época era então expandir a criação de gado para o interior, como apontado, para a exploração das áreas do litoral para a cana. Além disso é importante ressaltar, de acordo com Diniz (2008) que houve adaptação desse gado na região, foi produzido no Nordeste um tipo de gado denominado ‘crioulo’ (ou curraleiro ou sertanejo), fruto da mestiçagem e aclimatação de várias raças oriundas de Portugal e Espanha, como a Mirandesa, a Galega, e a Barrosã ou Maronesa.

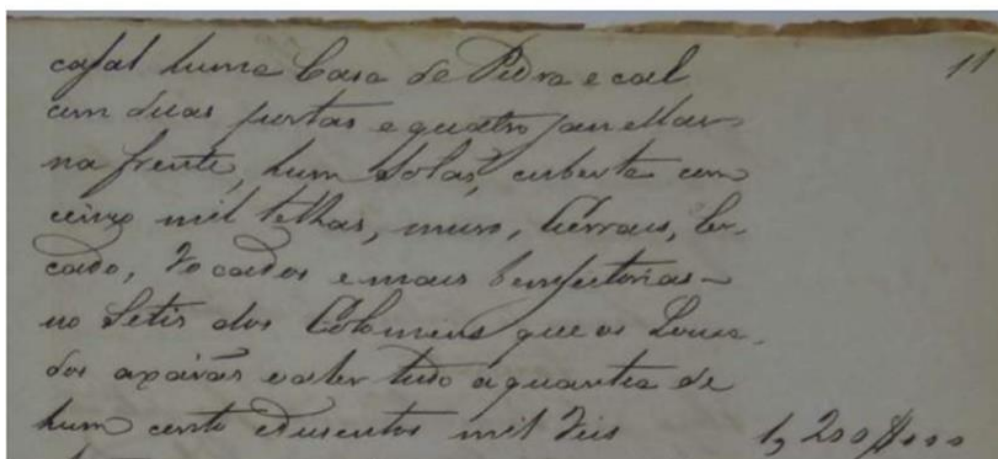
Figura 15 - Composição de imagens, com amostras do material zooarqueológico coletado durante as escavações nos sítios arqueológicos Culamins, Caicó/RN, e Totoró, Currais Novos/RN.



Fotos: Kathelly Vital, 2018.

O uso do inventário dos materiais arqueofaunísticos em contraste com os documentos históricos da fazenda, ajudou a criar este paralelo entre a discussão das fontes e os remanescentes identificados.

Figura 16 Inventário do sítio Culumins



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC). Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventário de Manuel Vieira da Cunha, caixa 350, 1851.

Com isso, as várias maneiras de serem trabalhados os materiais arqueofaunístico, seja analisando a sua relação com a domesticação seja com a análise tafonômicas. Isso proporcionou a estabelecer melhor a forma como este material foi trabalhado. A revisão da literatura foi realizada estabelecendo assim modelos de tabelas em que dentro das leituras possa ter uma espécie de filtro. Busca-se também estabelecer quais processos esse material passou, se os fragmentos de osso têm relação com o consumo, se eram animais provenientes da caça ou não, esses são alguns dos aspectos que foram analisados dentro das leituras.

A observação das marcas de corte/quebra e descarnamento contidas nos elementos ósseos permitem dizer o que foi consumido e o que foi somente depositado naquele local. Esta análise pode ser feita de forma qualitativa ou quantitativa. Com a análise quantitativa é possível obter um padrão alimentar, descobrindo o que era consumido com mais frequência ou o que era consumido em menor quantidade. Com a análise qualitativa, ou seja, a análise das marcas de corte e/ou quebra e de queima dos elementos ósseos, obtém-se a forma de preparo (cocção) da carne ou como ela foi consumida (NOBRE,2011).

A Zooarqueologia é um campo dinâmico e nas últimas décadas ocorreram avanços significativos nas pesquisas. Com as aplicações geoquímicas tornou-se possível o desenvolvimento de perspectivas globais sobre a relação do homem com o ambiente, dissolvendo as distinções entre as problemáticas da antropologia, arqueologia, ecologia, geologia, biologia humana e zoologia. Ao mesmo tempo, depois de muitos anos de interpretações funcionais, as explicações estruturais têm assumido um lugar maior na literatura (NOBRE, 2011. p. 48).

Como forma de entender a materialidade e abranger as discussões acerca da alimentação das populações sertanejas, mesmo que nesse primeiro momento não seja utilizado a análise do material, mas foi possível realizar levantamento a partir das discussões que estão sendo feitas acerca do tema, e com isso poder desenvolver a pesquisa.

Ao elaborar as pesquisas nos acervos acadêmicos foram utilizados mais uma palavra chave, com o intuito de refinar a busca e se chegar no objetivo final, levando em consideração que algumas instituições não tem um programa de Arqueologia ou as vezes esse programa é vinculado ao de História. Dentro do acervo acadêmico da UFRN, pesquisando por Zooarqueologia da alimentação, não obtivemos um resultado, houve 172 resultados quando pesquisado por Arqueologia da Alimentação, e nenhum resultado pesquisando por Zooarqueologia, porém, os trabalhos encontrados não dizem respeito a Zooarqueologia ou a arqueologia da alimentação, ficam restritos a programas da área da saúde e até mesmo foge para outras temáticas diferentes.

Na UFPE foi possível observar um número total de resultados menor, além de cerca de 21 trabalhos quando utilizado a palavra-chave Zooarqueologia, e Zooarqueologia Histórica, enquanto que em Arqueologia Históricas temos 933, se restringindo a trabalhos pré-históricos, ou trabalhos relacionados a alimentação em outras áreas, sendo relevantes, porém não se encaixam na temática da Zooarqueologia histórica. A UFPB e a UFC o site caiu no momento que fazia a pesquisa e não consegui obter os dados.

A UFPI, foram encontrados cerca de 57 trabalhos quando pesquisando por Arqueologia da Alimentação, enquanto que pesquisando por Zooarqueologia e Zooarqueologia Histórica, não obtivemos resultados, dentre os trabalhos pesquisados, foi possível encontrar um trabalho que pode ser útil dentro da

nossa pesquisa, a dissertação de mestrado da Ana Joaquina da Cruz Oliveira (2018) intitulada de “ A Comida está servida! Um estudo das práticas alimentares na fazenda prazeres, Bertolínia – PI” a autora não trabalha os aspectos relacionados a Zooarqueologia, porém, ela faz discussões pertinentes em relação ao consumo e dieta alimentar da população em questão.

Pensando na alimentação como fator social a autora nos diz o seguinte

A partir do que foi exposto na sessão anterior, podemos perceber que a alimentação é um fenômeno que pode ser estudado a partir de diferentes enfoques: biológico, econômico, social e cultural. O interesse por esse tema pode ser justificado se pensarmos que, dentre os comportamentos humanos, raramente algum outro “atrai tão rapidamente a atenção de um estranho como a maneira que se come (Oliveira, 2018; p. 37)

Como já discutimos anteriormente dentro do trabalho, a alimentação funciona como abordado pela autora, em uma esfera cultural e coletiva, entendendo que essa alimentação é construída em sociedade, dividida por renda, seria muitas questões para discutirmos e que não vou aqui, conseguir me aprofundar. Dessa forma podemos pensar os hábitos alimentares como parte integrante da cultura de uma sociedade (Oliveira, 2018).

Dessa forma, a primeira fase é a obtenção do alimento e está relacionada com as atividades de extração desses recursos da natureza seja através da produção ou da exploração dos recursos disponíveis; a segunda fase é a distribuição e está diretamente associada com a natureza do alimento e aos tipos de transações para obtê-lo como compra, escambo ou qualquer outra atividade; a terceira fase é a preparação e envolve as atividades que devem ser realizadas junto aos alimentos antes de cozinhá-los como a separação das porções que vão ser cozidas, o abate e descarte de animais dentre outras; a quarta fase é a cocção onde os alimentos são transformados através da ação do fogo ou de outros agentes; a quinta fase corresponde à apresentação onde os alimentos já preparados ou seja a comida é oferecida aos comensais; a sexta parte denominada de consumo diz respeito ao local onde os convidados ingerem a comida que se constitui como o ato principal e, por fim, a sétima parte que é o descarte dos detritos advindos das etapas anteriores. (OLIVEIRA, 2008; p. 38).

Mesmo utilizando da Arqueologia da alimentação, visto que ela trabalha com a análise de materiais cerâmicos sendo eles faianças, traz discussões que podem ser trabalhadas no âmbito da Zooarqueologia Histórica, entender os fatores socioculturais, compreender o caminho que esse alimento percorre até o preparo e depois com o descarte, são exemplos de como é possível trabalhar o material ósseo de outro ponto de vista, além das análises tafonômicas.

Podemos afirmar que as práticas alimentares estão diretamente relacionadas com as práticas sociais, se constituindo, portanto, como um mecanismo para se compreender como se estruturaram as relações sociais dentro de um determinado contexto. Dessa maneira, diversos elementos da cultura material, dentre eles a louça, podem ser utilizados para compreendermos as relações sociais dos indivíduos dentro de um determinado grupo (OLIVEIRA, 2018; p.39).

Assim, conseguimos compreender a alimentação, dentro de outras materialidades, o importante é compreender os motivos que levam a escolha, no caso da Zooarqueologia é interessante pensar nas questões tafonômicas relacionado ao material ósseo. Por exemplo, fazendo uma comparação com o trabalho de Nobre (2011).

As faunas de grandes mamíferos são as que aparecem em maior frequência no registro arqueológico. Tal fato deriva da recorrência preferencial do homem por estes animais, quer seja pela sua captura através da caça, quer seja pela sua domesticação, para fins alimentares e outros. Todavia, esta abundância é também maximizada pela maior facilidade de preservação que estes restos apresentam quando comparados com outros tipos de fauna, como a ictiológica (peixes) e a avícola (aves). Em ambos os casos, a preservação dos elementos anatômicos dos animais nunca é total. A sucessão de fenômenos que atuam sobre eles faz com que, na maior parte do tempo, sejam encontrados apenas fragmentos decorrentes de processos associados à morte, modificação, deposição e preservação da arqueofauna. (NOBRE, 2011; p.76)

Ambas as autores defendem o material de pesquisa, ambos vão fornecer as informações necessárias para a discussão, pensando na Zooarqueologia, por vezes se torna um trabalho minucioso, pelo fato desse material ser de fácil fragmentação, e precisar de mais atenção, e tentar compreender quais mudanças esse material passou, o que não acontece com a faiança por exemplo,

sendo de mais fácil manuseio, mesmo que encontrando os fragmentos, não precisa tantos cuidados quanto o material ósseo, no fim importa saber qual a maneira que irá direcionar a pesquisa com base na materialidade, como vimos aqui (Oliveira 2018) utilizou da arqueologia da alimentação para compreender os aspectos relacionados aos hábitos alimentares, através da faiança, enquanto que (Nobre, 2011) também trabalhou os hábitos alimentares, porém, com base na zooarqueologia através do material ósseo. Na UFMA dos trabalhos pesquisados, não atendiam o objetivo.

Dentro do repositório da UFS foram encontrados cerca de cinquenta e três resultados ao utilizar a palavra-chave, Zooarqueologia, 48 relacionados a Zooarqueologia Histórica e 542 relacionados a Arqueologia da Alimentação, dentre eles, tem um que chamou atenção e faz necessário discutirmos. Da autora Elaine de Alencastro, intitulada de “A Carne na dieta alimentar, em Vila Boa de Goiás: Necessidade e preferencias nos séculos XVIII e XIX”. No primeiro capítulo a autora discute as questões culturais sobre a alimentação, que até o momento é o ponto em comum entre os textos que trabalham sobre a alimentação, seja de um ponto de vista da arqueologia da alimentação, seja da Zooarqueologia.

É importante ressaltar que neste estudo, entende-se que a carga simbólica impelida não está só na comida, mas também no ato de comer com todas as suas proibições e permissões, construídas ao longo do tempo. Portanto, a comida desperta lembranças que permitem reconstruir a memória, o que possibilita redefinir e reconstruir identidades. Se a comida é uma forma de comunicação, assim como a fala, ela pode contar histórias e pode se constituir como narrativa da memória social de uma comunidade. Neste sentido, a memória é, antes de tudo, uma constituição coletiva, permeando o universo social. (ALENCASTRO, 2014; p. 26)

Compreender os aspectos que permeiam a memória afetiva, como a autora aborda, é mais do que apenas a comida, atravessa inúmeras camadas do cotidiano.

Seguindo nossa pesquisa pelos repositórios, não tivemos resultados nas universidades UFRB, UFAL e UFAM, na UFPA, tivemos um resultado, mas, não se encaixava na temática da pesquisa. UFMT, UFG, UFMG e UFRJ também não demonstraram resultados significativos. Nos repositórios da USP os

resultados são para trabalhos da Zooarqueologia, dentro da perspectiva pré-colonial, que acaba sendo o mesmo caso da UFRGS, UFPEL, UFPR e UFSC com os trabalhos voltados para pesquisa dos sambaquis, vestígios marinhos. Ou seja, como podemos observar, os trabalhos que já existem na área relacionam vestígios pré-históricos, e em sua maioria advindo dos sambaquis ou zonas litorâneas e como vimos os trabalhos dentro da Zooarqueologia histórica ou arqueologia da alimentação são poucos e apesar de usarem metodologias diferentes, também possuem características em comum.

Observando as literaturas pesquisadas é importante observar que havia uma grande quantidade de gado e outros animais vivendo na região, isso fica claro nos trabalhos de Diniz (2008) e Lopes (2020) onde ambas as autoras trazem discussões acerca das vivências nas casas de fazenda e do modo de vida, Lopes (2020) numa perspectiva do consumo das cerâmicas e Diniz (2008) trabalhando sobre a arquitetura das casas sede, em ambos os trabalhos fica evidente que tanto o Sítio Culamins quanto o Sítio Totoró, tiveram a presença do gado em sua economia, as fazendas tiveram um período de funcionamento significativos, e lembrando que os donos dessas fazendas eram pessoas com condições financeiras boas, isso é citado tanto por Lopes (2020) quanto por Diniz (2008) e por demais autores que trabalhem sobre as dinâmicas dos sítios, por tanto com tamanho poder aquisitivo eles possuíam cabeças de gado um tanto que razoáveis, além disso, o gado que não era vendido, podia ter outra serventia, leite e derivados como no caso das vacas, e carne e couro como o caso dos bois.

7 CONCLUSÃO

Podemos concluir que a partir das pesquisas, análises bibliográficas, e no que tange a análise preliminar do material arqueofaunístico, a alimentação sertaneja tinha um padrão alimentar, dentro da base estariam a mandioca e o milho, em seguida sendo inseridos o arroz e o feijão que se tornavam de difícil acesso até que começasse a ser produzido no Brasil. Além disso, o consumo de carne e de outras proteínas animais já havia sido inserida na região a partir dos grupos indígenas, o que muda é a forma como tratavam essa carne, um exemplo disso como vimos foi a produção da carne seca, não somente como uma variedade, mas também como uma forma de fazer o alimento durara mais tempo. Como nada era desperdiçado, o ciclo de couro fez bastante sucesso, o couro do gado era reaproveitado para fazer as indumentárias dos vaqueiros sertanejos que habitavam a região.

Pensando no contexto arqueológico dos sítios e dos materiais encontrados, e fazendo um elo com a literatura e as informações dos inventários, há uma alimentação para os donos das casas de fazenda e uma alimentação para o restante da população, justamente pois para ter acesso aos alimentos que vinham de fora, precisa ter certo poder aquisitivo e isso como demonstrado na literatura tinham os donos do sítio Culumins e Totoró. Abarcando todos os objetivos destinados neste trabalho, podemos concluir que apesar da alimentação obedecer a algumas características, ainda sim a população sertaneja é plural, mesmo tendo uma base alimentar consolidada, e de certa forma comum, também vamos observar que o poder aquisitivo dita essa alimentação, seja comprando produtos externos, ou no preparo dos alimentos. Pensando sobre o ponto de vista cultural, essa alimentação se perpetua pelos sertões norte-rio-grandenses até hoje, seja na carne de sol, no queijo de manteiga, no arroz de leite ou nas mais variáveis comidas regionais. Todas as influências e modificações sofridas, todas os preparos e adaptações, nos fizeram chegar até aqui.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE, Durval Muniz de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 25, p. 21-35, 2019.
- AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan. /Jul. 1995.
- ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões: a câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017
- ALLISON, Penelope M... **The Household in Historical Archaeology**. Australasian Historical Archaeology. n. 16, 1998.
- ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago Alves. **Por uma história das Capitâneas do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil**. História Unicap, v. 7, n. 13, p. 10-32, 2020.
- AZEVEDO, Carlos Xavier de; SOUZA, Amilton Justo de. **A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História**. História Unisinos, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 62-76, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/Images/stories/pdfs_historia/vol14n1/art08_netto_e_souza.pdf>. Acesso em: 29/08/2023
- BASTOURRE, Laura; APOLINARIE, Eduardo. **Estúdios Arqueofaunísticos em um Contexto Estratigráfico de las Llanuras Interiores de Entre Ríos: El Sitio Laguna del Negro 1**. Boletim do MPEG. Ciências Humanas, v. 12, n.2, 2017.
- BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BROCHADO, José Proenza et al. **Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 12, p. 3-33, 1969.
- CARRÉRA, Mércia; SURYA, Leandro. A organização espacial de uma fazenda colonial beneditina: reflexo da estruturação social vigente **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 9, 2008.
- CERTEAU, Michel de. Relatos de Espaço. In: **A Invenção do Cotidiano – artes de fazer**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 199-217.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HODDER, Ian. 2012. **Entangled: An archaeology of the relationships between humans and things**. John Wiley & Sons. 2012

CARRÉRA, Mércia; SURYA, Leandro. A organização espacial de uma fazenda colonial beneditina: reflexo da estruturação social vigente. **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 9, 2008.

COSTA, Diogo Meneses; VIANA, Sibebe A. Materializando a História: o passado humano através da cultura material. **Revista Mosaico**, v. 12, p. 3-13, 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Ed. Achiamé, 1984.

COSTA, Diogo M. Arqueologias Históricas: um panorama espacial e temporal. **VESTÍGIOS Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 4, n. 2, p. 9-38, 2010.

CRUZ, Carlos Henrique Alves. **Fronteiras e sertões do Norte: grupos e movimentos tapuias**. In: Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte: conflitos, contatos e práticas “religiosas” nas fronteiras coloniais (1680-1761). 2018. Tese (Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018).

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2008.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília, 1980.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Ferro de Ribeiras do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2009

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul - Americano**. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). Arqueologia histórica e cultura material. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 7-34

FUNARI, Pedro Paulo A. **O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial**. **Revista de História, São Paulo**, n. 135, p. 163-168, dez. 1996.
Disponível: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091996000200010&lng=PT&nrm=iso. Acesso em: 13/08/201

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GARCIA, M.M; SOUZA, A.C. Para Além das Muralhas, uma Perspectiva dos Recursos Faunísticos no Calcolítico da Estremadura: o conjunto arqueofaunístico do lócus 5 do Penedo do Lexim (Maфра). **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v.18, p. 101-124, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003

LIMA, Tania Andrade. **Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, n. ser, n. 1, 225-262, 1993

LIMA, Tania Andrade. **Os Marcos Teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXVIII, n. 2, p. 7-23, dezembro de 2002.

LIMA, Tania Andrade. **Zooarqueologia: considerações teórico metodológicas**. Dédalo, S. Paulo, pub. avulsa, 1:175-189, 1989.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande**. TOPOI, v. 8, n. 14, p. 3776, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Áridos Cabedais: família, patrimônio e cotidiano na Ribeira do Seridó Colonial**. In: XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética, 2009, Fortaleza. Anais do Simpósio Nacional de História. Fortaleza: ANPUH, 2009. v. 1. p. 1-8.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Séc. XVIII)**. Natal: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Tratos e caminhos da Capitania do Rio Grande do Norte: comércio e consumo na Ribeira o Seridó**. EMBORNAL/ Seção Ceará, v. VIII, n. 16, p. 17- 32, 2017.

MARTINS, Soraia Cristina Leandro. **Estudo Arqueofaunístico do Castelo de Salir – Contribuição para o Conhecimento da Dieta Alimentar Islâmica**. Dissertação. 2013. 189f. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais: Universidade do Algarve.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos Inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O objeto material como documento**. Texto reprodução da aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, 1980.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p. 103-117, 1983.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História**: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Fap UNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s141381232012000300007>. Disponível: https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG_5NmpGBtNMf/?lang=pt. Acesso em: 30 maio 2023.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MIRETTI, M.M.; DUNNER, S.; NAVES, M.; CONTEL, E.P. e FERRO, J. A. **African derived mt DNA in Spanish cattle (*Bos taurus*) is identical to the predominant African - derived mt DNA haplotype in Caribbean and Brazilian Creole cattle**. J. Hered. v. 95: p. 450 – 453, 2004.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense**: uma geografia da resistência. Caicó: ed. do autor, 2005.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica**: manual. Brasília: IPHAN, 2005

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertão como Recorte Espacial e como imaginário Cultural**; POLITEIA: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NOBRE, Chimene Kuhn. **Ar Livre e Carne em Abundancia um Estudo Histórico-Cultural do Gaúcho e sua Alimentação no Século XIX**. 2011. 176 f. Dissertação. Curso de Patrimônio Cultural, UFSM, Brasil, 2011.

OLIVEIRA, Karla Bianca da Silva. **Escravidão e terras de criar gado em um lugar denominado sertão**: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó Potiguar, séculos XVIII e XIX. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ORSER JR, Charles E. **Introducción a la Arqueología Histórica**. Buenos Aires: Asociación amigos del Instituto Nacional de Antropología, 2000.

PEDROZA, Manoela. **A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial**. In: FRAGOSO, João (org) *O Brasil Colonial*, volume 3 (ca. 1720 - ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 1-32

PEREIRA, Elenize Trindade. **De capitania donatária à capitania régia: o senhorio de João de Barros na “Terra dos Potiguaras” – século XVI**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo:Fapesp, 2002

QUEIROZ, A.N; CARVALHO, O.A; SANTOS, S.M. **Brazilian Historical Zooarchaeology: A Summarized Iberian Contribution and a Case of Domesticated Bovine Cattle Introduced in Southern Region**. *Palaeoindian Archeology*, v. 02, p. 01-12, 2020.

REDE, Marcelo. **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material**. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, jan./dez.1996.

ROLIM, Leonardo Cândido. **A Rosa dos Ventos dos Sertões do Norte: dinâmicas do território e exploração colonial (c.1660 - c. 1810)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018

RUSSELL, N. **Social Zooarchaeology: humans and animals in prehistory**. New York: Cambridge University Press, 2012

SANTANA, Cristina, C.S; SOUZA, Maria, F.B; VIEIRA, S.N; NICOLA, P.A. **Zooarqueologia de Vertebrados Sitio Arqueológico Abrigo do Palmito, Caetitê, Bahia**. *Clio Arqueológica*, v. 32, n.1, p. 68-94, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007

SILVA, Abrahão Sanderson N. F. da; SOUZA, Hozana Danize Lopes de; BATISTA, Kayann Gomes. **Arqueologia Histórica e Sertaneja no Seridó Potiguar: o sítio Culumins, Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil**. *Clio Arqueológica*, v. 35, n.2, p. 68-94, 2020.

SILVA, Antônio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2> – Acessado em 25/08/2023

SILVA, Roberto Airon. **Uma arqueologia das Casas Fortes**: organização militar, território e guerra na Capitania do Rio Grande-Século XVII. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UFBA, Salvador, 2010.

SILVA, Roberto Airon. **Balanço e perspectivas da pesquisa em Arqueologia histórica no Rio Grande do Norte**. In: VASQUES, Márcia Severina; MILLER, Francisca (Org.). Arqueologia do Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas. Natal/RN: EDUFRN, 2021.

SOUZA, Hozana Danize Lopes de. **Sítio Culamins: um olhar sobre o sertão do Seridó, séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó. Programa de Pós-Graduação em História. Natal, 2021;

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Um lugar na caatinga**: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste Brasileiro. 2017. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. **Arqueologia histórica no Brasil**: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado (orgs.). Cenários regionais em arqueologia brasileira. São Paulo: Annablume; Porto Seguro/BA: ACERVO – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009. p. 279-310.

Teorias e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica. **Mneme Revista de Humanidades**, Caicó, v. 6, n. 13, p. 1-5, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme13/124.pdf>>.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. 2. ed. ODYSSEUS, 2004